

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

VINNICIUS CAMARGO DE SOUZA LAURINDO

**ACADEMIA POPULAR DA PESSOA IDOSA (APPI): USOS E APROPRIAÇÕES DOS
FREQUENTADORES DO MÓDULO DA PRAIA DE CAMBURI EM VITÓRIA/ES**

VITÓRIA

2014

VINNICIUS CAMARGO DE SOUZA LAURINDO

**ACADEMIA POPULAR DA PESSOA IDOSA (APPI): USOS E APROPRIAÇÕES DOS
FREQUENTADORES DO MÓDULO DA PRAIA DE CAMBURI EM VITÓRIA/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Física, na linha de pesquisa Educação Física, Sociedade e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Marcelo Gomes

Coorientador: Prof. Dr. Felipe Quintão de Almeida

VITÓRIA

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

L385a Laurindo, Vinnicius Camargo de Souza, 1986-
Academia popular da pessoa idosa (APPI) : usos e
apropriações dos frequentadores do módulo da Praia de Camburi
em Vitória/ES / Vinnicius Camargo de Souza Laurindo. – 2014.
97 f. : il.

Orientador: Ivan Marcelo Gomes.

Coorientador: Felipe Quintão de Almeida.

Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e
Desportos.

1. Idosos. 2. Exercícios físicos para idosos. 3. Espaços
públicos. 4. Academias de ginástica. I. Gomes, Ivan Marcelo,
1973-. II. Almeida, Felipe Quintão de, 1979-. III. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Educação Física e
Desportos. IV. Título.

CDU: 796

VINNICIUS CAMARGO DE SOUZA LAURINDO

**ACADEMIA POPULAR DA PESSOA IDOSA (APPI): USOS E APROPRIAÇÕES DOS
FREQUENTADORES DO MÓDULO DA PRAIA DE CAMBURI EM VITÓRIA/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, do Centro de Educação Física e Desportos, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Aprovado em 29 de maio de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivan Marcelo Gomes

Universidade Federal do Espírito Santo
CEFD/UFES
(Orientador)

Prof. Dr. Felipe Quintão de Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo
CEFD/UFES
(Coorientador)

Prof.^a Dr.^a Claudia Miranda Souza

Universidade Federal da Bahia
FACED/UFBA

Prof. Dr. Carlos Nazareno Ferreira Borges

Universidade Federal do Espírito Santo
CEFD/UFES

Com um grande sentimento de gratidão, dedico esta produção àqueles que acreditaram em mim, em especial à minha amável mãe e ao meu pai, que me acompanharam durante esse período a fim de que eu tivesse o melhor para superar as dificuldades encontradas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, “Não me canso de dizer [...] Grandes coisas o Senhor tem feito em minha vida. Não tem como esquecer Eu vou sempre me lembrar Das Suas maravilhas e de Seus Milagres”.

À minha mãe por ter acreditado em mim e por ter posto seu amor fraternal à frente de qualquer empecilho que a vida tenha nos apresentado.

A meu pai por ter se colocado à disposição para me ajudar quando estava a seu alcance, principalmente nos momentos complicados.

À Universidade Federal do Espírito Santo por meio do Centro de Educação Física e Desportos por ter possibilitado a realização desta empreitada.

Aos professores Ivan Gomes e Felipe Quintão primeiramente por se colocarem à disposição para que pudéssemos desenvolver nosso projeto. Em segundo lugar, por terem acreditado em meu potencial. E também pela compreensão, paciência, atenção, apoio e ainda pelas dicas importantes para que este trabalho viesse a se concretizar.

Aos professores do Mestrado pelos ensinamentos, paciência e pelo auxílio nos momentos de dificuldade.

À coordenação do Mestrado e à secretaria do Mestrado pelo apoio recebido, principalmente no deferimento de um processo que foi fundamental para meu desenvolvimento no curso.

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes), que oportunizou a bolsa de estudos para o desenvolvimento e a conclusão da pesquisa da dissertação.

Aos professores da UFBA que me ajudaram a construir muito do que eu sei sobre a Educação Física, em especial à professora Nair por todo esforço empreendido para me ajudar sempre que possível.

A Prudente pela disposição em acompanhar o meu desenvolvimento, pela ajuda nos momentos difíceis que passei no Mestrado e pelas preciosas orientações.

A Ana Verena, Márcio e Tâmea por terem me dado um suporte significativo em momentos de dificuldade e dúvida.

Aos amigos um agradecimento especial pela força que têm me dado ao longo do tempo que cá estou. Em especial aos grandes amigos que têm me acompanhado “de perto”: Dai, Mônica, Nanda, Paulinha, Tai, Tati e Vell. Também não posso deixar de lembrar amigos como Dio, Lheo e Sandra. “Nenhum caminho é longo demais quando um amigo nos acompanha” (Ralph Waldo Emerson).

Às amigas que construí em Vitória. Destaco Alison, Estevão, Marcel, Thacia, Vini e, em especial, duas pessoas que estiveram a meu lado em todos os momentos: Cláudia e Kleide.

A toda a minha família que sempre acreditou em mim e me deu força, mesmo em pensamento ou em oração, principalmente aos meus irmãos Bruno e Yuri. Destaco também tia Tai, Júnior, Stella, Milena, Bartha, dona Ana (vovó) e tia Jó.

Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos (Isaac Newton).

RESUMO

A propagação do fenômeno envelhecimento e de suas questões tomou ímpeto nas últimas décadas tornando as conquistas da população idosa um dos grandes avanços obtidos pela sociedade nesse período. Esta pesquisa tem como objetivo analisar os usos e apropriações do espaço da Academia Popular da Pessoa Idosa (Appi) visando a detectar as práticas cotidianas (atividades e relações sociais) que fortalecem o seu uso como espaço público, bem como práticas e conflitos que enfraquecem o uso desse espaço. Para tanto, procura observar os comportamentos, atitudes e falas dos distintos usuários do Módulo da Praia de Camburi (MPC) pertencente ao programa Appi. Para alcançar os objetivos do estudo, seguiram-se as seguintes etapas: 1) levantamento bibliográfico da literatura relacionado com a produção sobre as Academias da Terceira Idade; 2) revisão de literatura; 3) ida a campo; 4) entrevista semi-estruturada com os usuários do programa; 5) análise dos dados. Os dados permitiram identificar um conjunto de elementos que atraem os usuários para o MPC. Os resultados reforçam que o MPC é constituído por um público bastante heterogêneo. Foram evidenciados “conflitos”, especificamente associados às diferentes apropriações que os usuários fazem daquele espaço. Os principais resultados obtidos indicam que as variáveis estrutura e localização, (por meio de elementos como reputação do lugar e falta de manutenção), artigos tecnológicos (elementos como uso de materiais esportivos e observação da paisagem), sociabilidade (elementos como o movimento de pessoas e relações desenvolvidas a partir do espaço), relações de pertencimento (elementos como preocupação com a manutenção do MPC e o MPC como apenas mais um lugar para onde ir) e autonomia (elementos como falta de consenso com relação ao suporte de um professor de Educação Física e realização pessoal por participarem das decisões relativas ao desenvolvimento de suas atividades no MPC), influenciam os usos e apropriações do MPC. Esta pesquisa demonstra a dificuldade que enfrentam os pesquisadores que tentam descrever e interpretar uma realidade tão diversa como a apresentada na Appi e como tal se apresenta com importância para o entendimento de que a constituição do espaço público (física e simbolicamente) influencia diretamente os usos e apropriações dos usuários. Apesar das dificuldades apresentadas, a investigação pode auxiliar no entendimento do significado que esse tipo de programa tem para o usuário.

Palavras - chave: Usos. Apropriações. Espaço público. Idosos.

ABSTRACT

The spread of the aging phenomenon and its issues was accentuated in recent decades featuring the achievements of the elderly population as great advances made by society in this period. This research aims to analyze the uses and appropriations of the Academia Popular da Pessoa Idosa (Appi) [Popular Gym of Elderly] aiming to detect everyday practices (activities and social relations) that enhance its use as a public space, as well as practices and conflicts that undermine the use this space. To do so, tried to observe the behaviors, attitudes, and statements of many members of the Módulo da Praia de Camburi (MPC) [Camburi's Beach Module] belonging to the Appi program. In order to achieve the study objectives the following steps were taken: 1) literature survey related to the production of the Gyms of the Third Age; 2) literature review; 3) Going to the field; 4) semi-structured interviews with users of the program; 5) data analysis. The data identified a set of elements that attract users to MPC. The results emphasize that the MPC consists of a heterogeneous public. "Conflicts" were highlighted, specifically related to the different ways each user uses the space. The main results indicate that the variable structure and location, (through elements such as reputation of the place and lack of maintenance), technological items (elements such as use of sports equipment and observation of the landscape), sociability (elements like motion people and relationships developed from space), relations of belonging (elements such as concern with the maintenance of the MPC and the MPC as just another place to go) and autonomy (elements such as lack of consensus regarding support of a Professor of Physics and personal fulfillment for participating in decisions concerning the development of its activities in MPC) influence the uses and appropriations of the MPC. This research demonstrates the difficulty facing researchers trying to describe and interpret such a diverse reality as presented in Appi and the importance of understanding the formation of public space (physically and metaphorically) directly influences the uses and appropriations of users. Despite the difficulties presented, the research may help in understanding the meaning of this type of program to the user.

Keywords: Uses. Appropriations. Public space. Elderly.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Placa indicativa de um módulo da Appi	24
Figura 2 – Placa indicativa de “preferência aos idosos”	24
Figura 3 – Placa do módulo da Appi de Jardim Camburi	31
Figura 4 – Mapa com a localização do módulo da praia	50
Figura 5 – Visão do módulo da Praia de Camburi a partir do calçadão.....	50
Figura 6 – Bancos próximos ao módulo.....	53
Figura 7 – Uso de chinelo por parte de um usuário da Appi.....	57
Figura 8 – Usuário realizando exercícios descalço no módulo da praia.....	57
Figura 9 – Presença de crianças no módulo da praia.....	64

LISTA DE SIGLAS

AF – Atividade Física

Appi – Academia Popular da Pessoa Idosa

ATI – Academia da Terceira Idade

DECS – Descritores de Ciências da Saúde

EP – Espaço Público

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MBN – Módulo Baía Noroeste

MPC – Módulo Praia de Camburi

MPD – Módulo Praça dos Desejos

OMS – Organização Mundial da Saúde

PL – *Playground* da Longevidade

Soe – Serviço de Orientação ao Exercício

TEE – Transição da Estrutura Etária

UBS – Unidade Básica de Saúde

UF – Unidade da Federação

Vamos – Vida Ativa Melhorando a Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA SITUAR O IDOSO.....	15
1.2 ACADEMIA POPULAR DA PESSOA IDOSA: FUNDAMENTOS E ESTRUTURA....	22
1.3 ESPAÇOS PÚBLICOS.....	31
1.3.1 Variáveis relacionadas com os usos e apropriações dos espaços públicos.....	34
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	38
2.1 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETOS DE ESTUDO.....	41
2.2 QUEM SÃO OS USUÁRIOS DO MÓDULO DA PRAIA DE CAMBURI.....	44
3 DESCRIÇÃO ETNOGRÁFICA DO CONTEXTO DE ESTUDO.....	47
3.1 LOCALIZAÇÃO E ESTRUTURA.....	49
3.2 ARTIGOS TECNOLÓGICOS.....	56
3.3 SOCIABILIDADE.....	60
3.4 RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO.....	65
3.5 AUTONOMIA.....	70
3.6 DESCONHECIDOS.....	72
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICES.....	85
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista.....	86
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	87
ANEXOS.....	88
ANEXO A – Lei nº 7.958.....	89

ANEXO B – Academia popular da pessoa idosa (artigo disponível no sistema da Prefeitura Municipal de Vitória/ES).....	91
ANEXO C – Leis que garantem os direitos aos idosos em Vitória/ES.....	97

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, é comum se verificar nas cidades o que pode ser chamado de Academias Populares ao ar livre, Academias da Terceira Idade ou Academias Populares para Pessoas Idosas.¹ A mídia impressa tem apontado que esse tipo de programa tem se tornado um importante instrumento para a prática de atividade física (AF), relacionada com o fato de as pessoas se apropriarem cada vez mais desse tipo de espaço a fim de realizarem as suas atividades.

Tendo em vista a relevância que tem recebido, tanto por parte do Poder Público como da população, esse tipo de programa passou a fazer parte recentemente do interesse de distintos profissionais vinculados a pesquisas, aumentando a produção sobre a temática (BENEDETTI et al., 2012; RECHIA; SANTOS; TSCHOKE, 2012; FERNANDES; SIQUEIRA, 2010; PRADO; SCHWARTZ; TANAKA; DOLL; GONÇALVES; GOBBI, 2010; ESTEVES; ANDREATO; MORAES; PRATI, 2010; ESTEVES; ANDREATO; PASTÓRIO; VERSUTI; ALMEIDA; MORAES, 2012).²

Esse crescimento das pesquisas tem, no entanto, se voltado em grande parte para as investigações de caráter quantitativo com vistas à avaliação de parâmetros morfofuncionais e classificação de perfil de estilo de vida de usuários, tendo entre os objetivos: analisar os possíveis efeitos da atividade física no “Playground da Longevidade” sobre os estados de ânimo de idosos (PRADO et al., 2010, p. 517); analisar o perfil do estilo de vida de praticantes de atividades físicas em Academias da Terceira Idade da cidade de Maringá (ESTEVES et al., 2010, p. 119); analisar as características morfofuncionais de usuários de Academias da Terceira Idade na cidade de Maringá, Estado do Paraná (ESTEVES et al., 2012, p. 31). Portanto, seus objetos não estão relacionados com os aspectos sociais vinculados à frequência dos usuários. A nossa intenção, nesta pesquisa, não é compreender um programa voltado para o público idoso, ou seja, aquilo que está instituído no regimento, mas interessamos voltar o olhar para os frequentadores do espaço.

¹ Podem ainda aparecer distintos nomes para caracterizar o programa, o que será apresentado mais adiante.

² Esses dados foram levantados a partir da identificação de pesquisas relacionadas com as Academias Populares para Idosos nas revistas científicas brasileiras, indicando de que maneira têm se dado as produções a respeito do tema em questão. A mensuração e quantificação da produção bibliográfica no meio científico, ou mesmo a produção acadêmica são significativas, pois permitem uma visão global do que se tem produzido a respeito de uma determinada temática de estudo, podendo-se verificar o que têm sido pesquisado a respeito dos avanços e limites em determinadas áreas de pesquisa, revelando as carências dentro de cada área do saber (MUGNAINI; CARVALHO; CAMPANATTI-OSTIZ, 2006).

Este objetivo de centrar a nossa atenção não no programa propriamente dito, mas nas expressões que caracterizam os usos e apropriações dos seus frequentadores conduziu-nos à opção pela investigação baseada na etnografia (GEERTS, 2008), identificada como uma possibilidade metodológica de responder às dúvidas que se apresentaram no decorrer da nossa investigação. Essa maneira de olhar para os fenômenos culturais, que se sustenta na antropologia (AUGÉ, 2013; STIGGER, 2002), pode fornecer indicativos interessantes para que se compreenda melhor dada realidade. Nesse sentido, desenvolveu-se um processo de “interpretação das culturas” (GEERTS, 2008), passando-se a entender que todas as atitudes dos distintos indivíduos fazem sentido, sendo necessário, para tanto, imergir no contexto a fim de compreendê-lo (WHYTE, 2001).

Nesse caminho, Geerts (2008) e Whyte (2001) nos ensinam que, em um contexto bastante heterogêneo, hábitos que parecem ser muito semelhantes podem, muitas vezes, ser bem diferentes. Para tanto, a fim de que não se faça uma leitura superficial de dada realidade, é preciso elaborar uma investigação minuciosa daquilo que se pretende compreender (STTIGER, 2002).

É, então, a partir dessa perspectiva que surge nosso estudo, que tem como objetivo analisar os usos e apropriações do espaço da Appi, visando a detectar as práticas cotidianas (atividades e relações sociais) que fortalecem o seu uso como espaço público, bem como práticas e conflitos que enfraquecem o uso desse espaço. Nossos objetivos específicos foram: investigar o perfil dos frequentadores da Appi, frequência, relações de pertencimento com o lugar e as motivações que os levam a frequentá-la, além de verificar como as pessoas fazem uso desse espaço, levando em consideração os aspectos físico-funcionais, ambientais e comportamentais.

Ao voltar nosso olhar a um programa direcionado para a população idosa nas atuais circunstâncias (visto que se trata de uma ação que tem origem, no Brasil, na primeira década do século XXI), entendemos que são necessárias mais pesquisas (além das apontadas) para que possamos compreender melhor a interação dos usuários idosos com nosso lócus de pesquisa. Assim, o espaço da Appi, ao ser analisado na sua particularidade, pode mostrar-se bastante peculiar.

Em busca desses elementos especiais, a pesquisa foi desenvolvida com prioridade ao acompanhamento de perto, vinculado à experiência no campo (WHYTE, 2001; STIGGER, 2002). Esse aspecto está associado ao ato de ver, ouvir e escrever (OLIVEIRA, 1996),

ocorrendo a partir de uma relação de comunicação entre o investigador e os usuários do programa. É por isso que os estudos etnográficos não podem ser meras descrições de um fenômeno cultural a partir do discurso daquele que fala. O investigador deve ir além disso, sendo necessário traduzir a cultura investigada (GEERTS, 2008). Segundo Augé (2013, p. 18), “A atividade do etnólogo de campo é, desde o início, uma atividade de agrimensor do social, de manipulador de escalas, de comparatista [...]”.

Nessa perspectiva, foram adotados os procedimentos metodológicos desta investigação, desenvolvida no espaço do Módulo da Praia de Camburi (MPC), no bairro Jardim da Penha, na cidade de Vitória/ES, onde averiguamos as práticas que fortalecem e enfraquecem o uso desse espaço público. Como premissa para esta investigação, partimos da importância do uso do Espaço Público (EP) por parte da população idosa, pois nos valemos da hipótese de que existem variáveis, apresentadas mais adiante, que podem influenciar a intensidade de uso de determinado espaço. As formas de ocupação e dos usos feitos pelos usuários do programa Appi nos ajudam a compreender o que influencia a sua atratividade, servindo, dessa maneira, como elementos para identificar as forças de atração e repulsão ligadas a eles.

Identificados os comportamentos particulares no dia a dia do módulo, a busca de sua compreensão foi realizada por meio da observação. Ela consiste – em linhas gerais – na vivência do investigador, no contexto que pretende investigar; é nessa experiência que o pesquisador estará em contato com modos de vida que possuem diferentes sistemas de significação, valores e comportamentos sociais que precisam ser desvendados (WHYTE, 2001; STIGGER, 2002; OLIVEIRA, 1996). Juntamente com esse procedimento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os usuários do MPC, justificando essa opção por alargar a possibilidade de acesso ao universo de significações dos frequentadores.

Todas essas opções permitiram identificar as características dos usuários investigados (como preferência por estar sozinho ou não, estabelecer interações com outros usuários ou não, etc.). Esse resultado está, agora, exposto em três capítulos: no primeiro, será feita apresentação e problematização do estudo, observando aspectos da discussão sobre o público-alvo (idosos), caracterização do programa investigado e discussão conceitual sobre espaço público; no segundo, será feita descrição metodológica das etapas do estudo, a fim de situar o leitor em cada fase da investigação; no terceiro, será feita descrição e análise dos resultados

encontrados na pesquisa de campo. Nas considerações finais, responderemos aos objetivos propostos no início desta investigação.

Tomando por base a sistematização dos dados que serão aqui apresentados, este trabalho poderá colaborar para o desenvolvimento de outras investigações no meio científico-acadêmico, no entanto esse tipo de investigação não possui pretensões generalizadoras. Em alguma medida, esta pesquisa deve ser única, para a situação particular de estudo e para o campo de conhecimento que já existia quando começamos o trabalho em questão.

A seguir serão feitas considerações sobre a população-alvo de nosso estudo, idosos, o uso dos espaços públicos, além das características do nosso local de estudo – Appi, permitindo compreender de onde partimos para desenvolver as demais etapas do estudo.

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA SITUAR O IDOSO

A propagação do fenômeno envelhecimento e de suas questões foi inicialmente promovida pelas organizações internacionais (Organização Mundial da Saúde e Organização das Nações Unidas) que tiveram papel fundamental na análise e comunicação do impacto do envelhecimento sobre os países em desenvolvimento, na tentativa de estimulá-los a adotar medidas para o enfrentamento dessa realidade (GOLDMAN, 2004). As conquistas da população idosa podem ser consideradas um dos grandes avanços obtidos pela sociedade nas últimas décadas. A partir disso, em meados de 1980, toma ímpeto o movimento da sociedade civil com novos atores em cena, entre eles, professores universitários, associações, idosos politicamente organizados e alguns parlamentares comprometidos com questões sociais, exigindo a valorização e o respeito à pessoa idosa. Esse movimento influenciou a construção da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988), primeira Constituição da República Federativa do Brasil a versar sobre a proteção jurídica ao idoso, a qual impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de ampará-los (GOLDMAN, 2004). Atualmente são muitos os mecanismos e meios de proteção da pessoa idosa, especialmente depois da aprovação da Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) e do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) que passaram a colocar o direito dos idosos em pauta.

Ao nos referirmos à população idosa, consideramos o marcador “curso da vida” compreendendo que tratamos de uma população com particularidades e com anseios diversos, sendo necessário considerar não apenas o caráter cronológico da sua existência.

Comprendemos que o “curso da vida” não deve ser periodizado como uma sequência evolutiva unilinear, em que cada etapa da vida, apesar das particularidades sociais e culturais, deve ter um caráter universal. Curso da vida é uma expressão usada para dar conta das mudanças que caracterizam a experiência contemporânea e que levam a uma relativização das normas apropriadas a cada estágio da vida, indicando que não se deve considerar apenas a idade cronológica como parâmetro relevante na compreensão do nosso grupo de estudo, os idosos (DEBERT; GOLDSTEIN, 2000).

Refletir sobre o período da velhice requer a consideração das mudanças ocorridas no curso da vida que explicam a experiência contemporânea do grupo idoso. A fase que compreende o idoso se constitui como um período marcado pela sabedoria adquirida ao longo da existência. Atentos a diversos planos, não apenas o cronológico, e considerando as mudanças ocorridas ao longo da vida, queremos também chamar a atenção para o modo como está sendo operada uma determinada separação intencional a respeito da “conquista” da juventude.

Essa separação é estabelecida entre a correlação do que seja a juventude e uma faixa etária específica, transformando a juventude em um bem, um valor que pode ser conquistado em qualquer fase da vida, bastando apenas a adoção de um estilo de vida ativo. Tratar do idoso é se referir a um conjunto de discursos e de novos espaços de sociabilidade (como o programa que investigamos). Enfatizando que a idade não é um marcador pertinente de comportamentos e estilos de vida, esse apelo pela juventude trata de divulgar uma série de receitas, como técnicas de manutenção corporal, comidas saudáveis, ginásticas, medicamentos, bailes, universidades da terceira idade e outras formas de lazer que procuram mostrar como os que não se sentem velhos devem se comportar, apesar da idade (DEBERT; GOLDSTEIN, 2000; GUSMÃO, 2003).

Entendemos, para tanto, que a idade “[...] é tudo aquilo que levamos conosco [...] a partir do que o mundo nos diz e tal como se nos apresenta” (GUSMÃO, 2003, p. 28). A respeito dessa definição de idade, Freitas Silva (2008, p. 155) compreende que: “[...] a origem de tais noções está na combinação complexa de fatores como saberes médicos e sociais, agentes de gestão, movimentos políticos e interesses econômicos [...]”.

Quanto ao idoso e suas representações tradicionais e inovadoras, Freitas Silva (2008, p. 156) destaca que:

Ao observar as manifestações culturais daqueles que envelhecem na contemporaneidade, identificamos mudanças significativas de hábitos, imagens, crenças e termos utilizados para caracterizar esse período da vida. Além das tradicionais representações que atrelam os momentos mais tardios da vida ao descanso, à quietude e à inatividade, surgem hábitos, imagens e práticas que associam o processo de envelhecimento a atividade, aprendizagem, flexibilidade, satisfação pessoal e vínculos amorosos e afetivos inéditos.

Durante muito tempo, a fase que configura a velhice ficou caracterizada como um período tenebroso (visão tradicional). A morte era vista, então, como resultado de doenças específicas do processo de envelhecimento e a longevidade era possuidora de limites biológicos insuperáveis; assim, a velhice era vista como a etapa necessária da vida na qual o corpo se degenera. Essa característica era atribuída pelos médicos geriatras que definiam esse período como de decadência física (FREITAS SILVA, 2008).

A tendência atual (visão inovadora) é, no entanto, a mudança da representação do período da velhice como um processo tenebroso marcado por perdas; é a atribuição de novos significados aos estágios mais avançados da vida, que passam a ser tratados como momentos privilegiados para novas conquistas guiadas pela busca do prazer. As experiências vividas e os saberes acumulados são tidos como ganhos que propiciaram aos idosos oportunidades de explorar novas identidades, realizar projetos outros, estabelecer relações mais intensas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos (DEBERT; GOLDSTEIN, 2000).

No entanto, cabe destacar que seria ilusório pensar que ocorreram mudanças significativas na maneira de enxergar esse período da vida, porque não se percebe uma alteração radical no que diz respeito a uma atitude mais tolerante por parte da população, em relação às idades. A característica marcante desse processo é a valorização da juventude, que é associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico. A promessa da juventude eterna é uma maneira fundamental na constituição dos mercados de consumo. As oposições entre o “jovem velho” e o “jovem jovem” e entre o “velho jovem” e o “velho velho” parecem ter se constituído em formas privilegiadas de estabelecer laços simbólicos entre indivíduos (DEBERT; GOLDSTEIN, 2000).

Ao falarmos da pessoa idosa, compreendemos que se trata de uma fase da vida complexa; primeiro por entendermos que existem múltiplas formas de se viver esse período e, portanto, não é um estado estanque. Segundo por se tratar de uma faixa da população no Brasil que até recentemente era “inexpressiva” numericamente e que, assim, só passou a

receber maior ênfase nas últimas décadas, em parte, devido ao aumento da expectativa de vida (DOMINGUES, 2002).

O sentimento relacionado com o envelhecimento acontece de forma distinta para cada pessoa, pois se trata de um acontecimento multifacetado. De qualquer modo, fica evidente que esse processo é contínuo. Parafraseando Antunes (2011), assim como o “adulto padrão” e o “adulto inacabado”, o “idoso padrão” estaria associado à ideia de ser frágil, quieto, inativo, marcado pela estabilidade. Já o “idoso inacabado” seria aquele ativo, flexível e instável sob o ponto de vista da mobilidade que passa a significar esse momento da vida para o lazer, propício à realização pessoal que ficou incompleta na juventude (FREITAS SILVA, 2008).

O surgimento desse “novo modelo” de idoso pode estar atrelado, segundo Freitas Silva (2008, p. 162), a “[...] generalização e a reorganização dos sistemas de aposentadoria, a substituição dos termos de tratamento da velhice, o discurso da gerontologia social e os interesses da cultura do consumo”.

Essa análise nos permite observar que as novas exigências dos tempos contemporâneos fazem o idoso se aproximar um pouco mais desse modelo “inacabado”, visto que volta o olhar para si, tornando-se mais flexível e mais autônomo. Vale lembrar, no entanto, que cada realidade possui uma cultura própria e, como tal, não podemos considerar que a atitude percebida no nosso universo de pesquisa seja a mesma encontrada em uma realidade distinta (subúrbio da cidade, por exemplo).

Para designar o grupo sobre o qual nos debruçaremos, utilizaremos o termo “idoso”, podendo ainda ser descrito como pessoa idosa. Na literatura científica, a pessoa idosa é caracterizada nos Descritores de Ciências da Saúde (DECS)³ como pessoa com mais de 65 anos, no entanto, valemo-nos da classificação feita pela Organização Mundial de Saúde (OMS).⁴ Reconhecemos o uso de diversos termos para designar a pessoa com 60 anos ou mais (como velho, público da terceira idade etc.), mas atribuímos significado especial ao termo idoso, em virtude de esse receber maior aceitação por parte da população (BRASIL, 2004), além de os programas institucionais se valerem do termo.

³ O DECS é um vocabulário estruturado e trilingue que foi criado pela Bireme para servir como uma linguagem única na indexação de artigos de revistas científicas, livros, anais de congressos, relatórios técnicos e outros tipos de materiais, assim como para ser usado na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica nas fontes de informação disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) como Lilacs, Medline e outras.

⁴ Para fins de levantamentos demográficos e de proteção, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu que a velhice se inicia aos 60 anos nos países em desenvolvimento, destacando-se, entretanto, que a idade sobe para 65 anos nos países desenvolvidos.

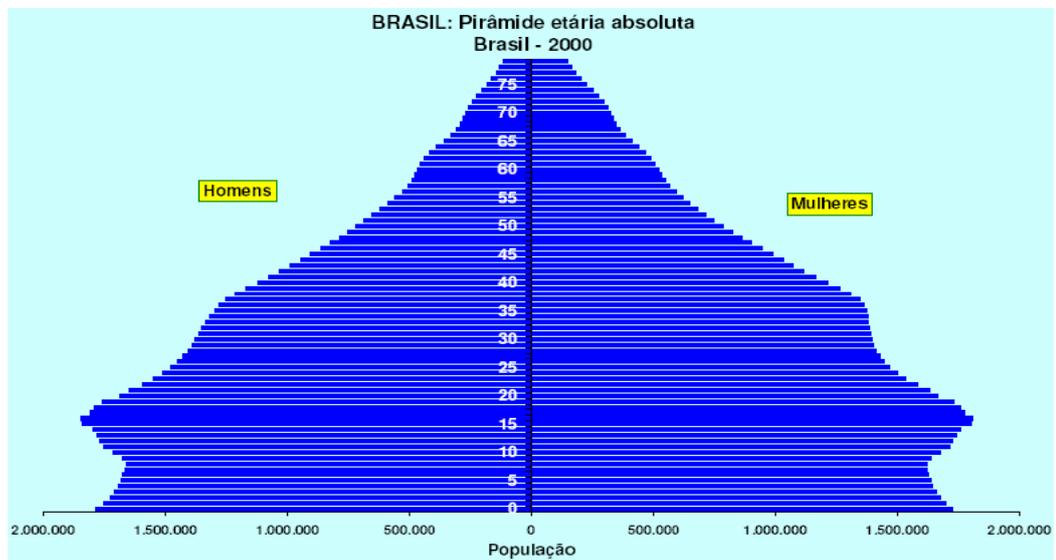
Ainda que esses dados possam parecer interessantes para que se compreenda de que população estamos tratando, eles não dão conta de apreender a complexidade associada ao idoso que, antes de ser o indivíduo com 60 anos ou mais, é também um ser social, com cultura própria e com anseios os mais diversos possíveis.

Diante do exposto, percebemos que o idoso ultimamente tem recebido relevância nas pesquisas, visto que se configura como uma faixa que contorna os vazios que os fenômenos típicos da fase adulta normalmente preenchem (DOMINGUES, 2002). Para Domingues (2002, p. 85-86):

Dois fenômenos etários têm chamado em particular a atenção dos pesquisadores mais recentemente: a juventude [...], por bastante tempo fenômeno inclusive com foros de exclusividade; e a ‘Terceira Idade’ [...]. Por outro lado à idade adulta madura, no mais das vezes reprodutiva e produtiva, tem sido dada pouca atenção [...]. A que se deve isso? Uma hipótese interessante é que são exatamente as faixas em que a entrada no mercado de trabalho ainda não se realizou ou então que o êxito dele já teve lugar. Em suma, as juventudes e ‘terceiras idades’ oferecem reencaixes, relações sociais e identidades que contornam os vazios que os fenômenos típicos das biografias individuais na fase adulta madura normalmente preenchem. O cidadão trabalhador colocado no mercado de trabalho (se bem que hoje o desemprego decerto ofereça problemas crescentes e peculiares) e pai de família bem como a dona de casa casada e com filhos – ou seja, adultos jovens ou de meia-idade – não apresentavam problemas que merecessem ser estudados com foco particular.

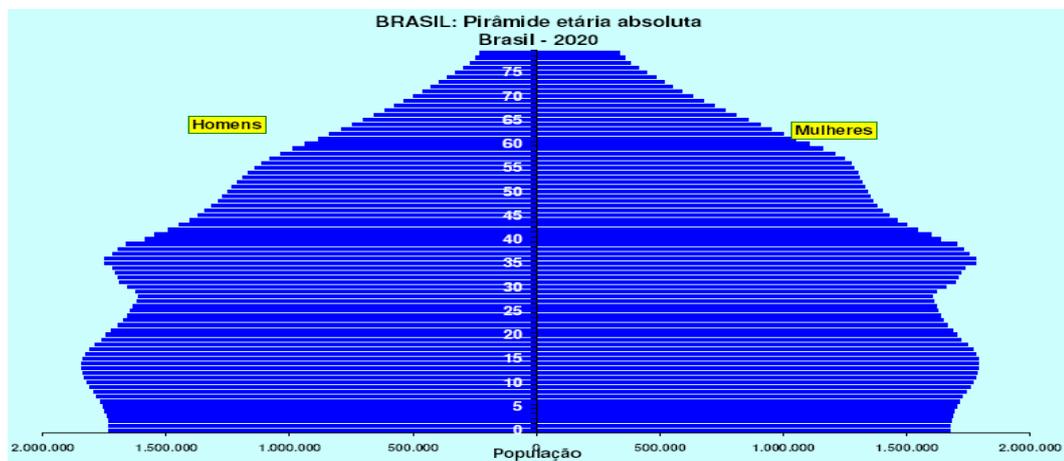
Com essas considerações, o fenômeno do envelhecimento brasileiro deve ser analisado tendo em mente as dimensões que o envolvem (geográfica, cultural, social e política). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000, 2010), o fenômeno do envelhecimento populacional deve-se, dentre outros fatores, ao aumento da expectativa de vida, graças ao avanço da ciência, à redução da natalidade e à menor incidência da mortalidade infantil. Associado à redução significativa da mortalidade infantil, o crescimento da população idosa está também relacionado com a queda da taxa de fecundidade, tendo a transição da fecundidade no Brasil dado início em meados da década de 1960, sofrendo uma redução média de 24,3% nas três últimas décadas do século XX (BERCUÓ et al., 2006). A mulher, sob a influência das mudanças sociais que ocorreram a partir da década de 1960, alterou seu comportamento com consequências no mercado de trabalho, no nível educacional e no casamento. Somado a isso, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2011, p. 2) constata que as “[...] projeções populacionais recentes apontam para uma taxa de crescimento populacional de 0,7% a.a. para a década 2010-2020 e negativa entre 2030-2040”. Os Gráficos 1 e 2 ilustram o que foi posto.

Gráfico 1 – Pirâmide etária absoluta Brasil – 2000



Fonte: IBGE, 2000.

Gráfico 2 – Pirâmide etária absoluta Brasil – 2020



Fonte: IBGE, 2000.

O decréscimo na taxa de mortalidade infantil também é um dado expressivo e justifica-se, sobretudo, pelas melhorias no sistema de saúde, ampliação do saneamento básico, tratamento de água, aumento da população infantil vacinada, maior acesso a antibióticos e infraestrutura das cidades, resultando em quedas significativas do número de doenças infecto-contagiosas (IBGE, 2000).

O envelhecimento populacional é uma realidade. No Brasil, os idosos já representam quase 10% da população. A projeção para 2020 é de 27,2 milhões de idosos e estima-se que,

em 2025, o Brasil será o sexto país com maior população de idosos do mundo, com a expressiva quantidade de 31,8 milhões de idosos (IBGE, 2000).

As últimas décadas foram marcadas pela transição da estrutura etária (TEE) no Brasil, que culminou na diminuição da fecundidade e mortalidade, além do aumento da esperança de vida (WONG; CARVALHO, 2006). Se, por um lado, o aumento da população de idosos decorre de melhores condições de vida (LEFEVRE; LEFEVRE, 2004), por outro, essas alterações nos padrões de sobrevivência trazem consequências econômicas e sociais relevantes que exigem aprovação e desenvolvimento de ações políticas a eles destinadas (CASTIGLIONI, 2008).

A preocupação com o envelhecimento populacional no Brasil tem tido respostas significativas por parte das instâncias organizacionais – principalmente a partir da década de 1980 – pois tem se concretizado por meio da criação de políticas, programas e projetos para atender às demandas decorrentes desse processo de aumento da população idosa com vistas a instituir a garantia de determinados direitos sociais. Dentre as iniciativas formais de proteção à pessoa idosa, outorgadas pelo Estado, ressaltamos a Constituição Federal de 1988 que certificou o amparo social aos idosos. Programas públicos têm se apropriado da demanda instituída pela transição da estrutura etária para concretizar ações com impactos sobre a vida da população idosa. Especificamente no campo das práticas corporais/atividade física, têm-se trabalhado com programas⁵ que instituem o estilo de vida ativo como premissa importante para um envelhecimento saudável.

O reconhecimento dessas mudanças ocorridas na sociedade, com relação à figura do idoso, é destacado por Freitas Silva (2008, p. 160):

Ainda que a identidade entre velhice e invalidez seja a consequência da institucionalização das aposentadorias que mais se solidificou no imaginário cultural, seu estabelecimento contribuiu para a caracterização da velhice como categoria política. O aposentado não é somente o sujeito incapaz para o trabalho, mas também o sujeito de direito, detentor de privilégios sociais legítimos, cujo reconhecimento lhe permite reivindicar benefícios em nome de uma categoria.

O envelhecimento populacional acarretou o comparecimento desse fenômeno nas agendas das políticas públicas como um desafio a ser enfrentado. O recorte deste estudo está

⁵ Exemplos de programas que instituem a prática de atividade física para a população idosa: Programa Vamos, Programa Academia da Terceira Idade etc.

justamente baseado na instituição de uma política pública municipal, que estimula a prática da atividade física no espaço da Appi (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a).

Discutir o processo de envelhecimento hoje, na visibilidade com que esse fenômeno tem-se apresentado, faz-nos pensar na forma como a sociedade está se relacionando com ele e nas alternativas que têm sido criadas pelo Estado para a gestão desse processo. Por uma dificuldade operacional, não temos como nos debruçar inteiramente sobre todas as alternativas do Estado de proteção ao idoso, de fomento à atividade física. Em função disso, vamos nos concentrar sobre o programa Academia Popular da Pessoa Idosa, o qual será apresentado no tópico seguinte.

1.2 ACADEMIA POPULAR DA PESSOA IDOSA: FUNDAMENTOS E ESTRUTURA

Vitória possui uma população estimada em aproximadamente 27.000 idosos, cerca de 8% da população total do município (IBGE, 2000). Em maio de 2010, foi instalada a primeira Academia Popular da Pessoa Idosa no município de Vitória/ES, no bairro de Jardim Camburi (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010d). A Appi é um projeto de origem chinesa, adaptado à população brasileira, inicialmente, no município de Maringá/PR (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a).

O projeto Appi encontra-se ligado à Lei Municipal nº 7.958 (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010b) que cria o programa “Vitória Mais Saudável”. Essa lei se constitui como um estímulo à população, em especial aos idosos e às pessoas com deficiência, para adoção de modos de vida diferentes, com ênfase na prática de atividade física, na reeducação alimentar e no controle do tabagismo.

A Lei Municipal nº 7.958 instituiu a implantação de núcleos para a prática de atividades físicas adaptadas e para a terceira idade (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010b). É livre a parceria público-privada para a consecução do que a lei estabelece. A instituição do programa se deu em virtude de que

O discurso público fundamentou a criação desse projeto balizado na transição epidemiológica e da estrutura etária populacional, ocasionando uma alteração no perfil de doenças e das causas de morte, apresentando como desafios para o sistema de saúde contribuir para que mais pessoas alcancem idades avançadas com o melhor estado de saúde possível (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a).

O discurso do gestor público, na figura do secretário de Saúde, a respeito do programa Appi (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010d), busca: [...] melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa. Um dos maiores desafios é contribuir para que mais pessoas envelheçam com o melhor Estado de Saúde possível, apesar das progressivas limitações que ele possa ter na sua capacidade funcional”.

O projeto apresenta como objetivos:

[...] proporcionar à população idosa a prática de atividade física orientada, em ambiente seguro, de forma sistematizada estimulando a promoção da saúde e o convívio social; estimular a incorporação da prática de atividade física no cotidiano da população idosa ampliando sua capacidade funcional; influenciar na redução do uso de medicamentos utilizados para os cuidados com a saúde e ampliar a oferta de instrumentos utilizados pelos profissionais de saúde para atendimento à pessoa idosa (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a).

Para definição do local de instalação dos módulos, após a realização de uma análise técnica, foram definidas ações, estabelecendo-se os seguintes critérios:

- a) inexistência na comunidade de opções para prática de atividade física;
- b) existência de educador físico na Unidade Básica de Saúde (UBS);⁶
- c) proximidade de uma UBS e/ou módulo do Serviço de Orientação ao Exercício (Soe);⁷
- d) perfil epidemiológico da região (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a).

A Appi é composta por agrupamento de dez equipamentos para a prática de exercícios físicos (Quadro 1), instalados ao ar livre (Figura 1), funcionando 24 horas por dia, tendo como função alongar, fortalecer, desenvolver a musculatura em geral e trabalhar a capacidade aeróbica, constituindo-se como uma maneira de trabalhar diferentes capacidades físicas (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a), ou seja, como forma de exercitar as qualidades físicas motoras passíveis de treinamento. Cada aparelho dispõe de uma placa que indica que os equipamentos não são recomendados para crianças (Figura 2).

⁶ As Unidades Básicas de Saúde (UBS) são a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo desses postos é atender a até 80% dos problemas referentes à saúde da população, sem que haja necessidade de encaminhamento para hospitais. Nelas, os usuários do SUS podem realizar consultas médicas, curativos, tratamento odontológico, tomar vacinas e coletar exames laboratoriais. Além disso, há fornecimento de medicação básica e também encaminhamentos para especialidades dependendo do que o paciente apresentar (BRASIL, 2013).

⁷ O Serviço de Orientação ao Exercício (Soe) oferece aulas gratuitas de alongamento, ioga, hidroginástica, ginástica localizada e voleibol máster (para maiores de 40 anos), além de caminhada e dança. As aulas são ministradas por professores e estagiários de Educação Física em módulos instalados em parques, praças e outros espaços públicos. O serviço tem o objetivo de orientar e incentivar a prática regular e correta de exercícios, combater o sedentarismo e auxiliar na prevenção e tratamento de doenças crônico-degenerativas não transmissíveis (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2013).

Figura 1 – Placa indicativa de um módulo da Appi



Fonte: A autoria do pesquisador

Figura 2 – Placa “Dê a preferência aos idosos”



Fonte: A autoria do pesquisador

Quadro 3 – Relação de aparelhos que compõem a APPI com sua respectiva função (continua)

Nome	Função	Ilustração
Pressão de pernas	Fortalece a musculatura das coxas e quadris	
Surf	Melhora a flexibilidade e agilidade dos membros inferiores, quadris e região lombar	
Esqui	Aumenta a flexibilidade dos membros inferiores, quadris, membros superiores e melhora a função cardiorrespiratória	

Quadro 3 – Relação de aparelhos que compõem a APPI com sua respectiva função (continuação)

Nome	Função	Ilustração
Remada sentada	Fortalece a musculatura das costas e ombros	
Rotação vertical	Fortalece os membros superiores e melhora a flexibilidade das articulações dos ombros.	
Multiexercitador	Fortalece, alonga e aumenta a flexibilidade dos membros superiores e inferiores “Flexor de pernas” “Extensor de pernas” “Supino reto sentado” “Supino inclinado sentado” “Rotação vertical” “Puxada alta”	

Quadro 3 – Relação de aparelhos que compõem a APPI com sua respectiva função (continuação)

Nome	Função	Ilustração
Simulador de caminhada	Aumenta a mobilidade dos membros inferiores e desenvolve a coordenação motora	
Rotação dupla diagonal	Aumenta a mobilidade das articulações dos ombros e dos cotovelos	
Alongador	Estimula o sistema nervoso central por meio do alongamento e fortalecimento dos grandes grupos musculares	

Quadro 3 – Relação de aparelhos que compõem a APPI com sua respectiva função (conclusão)

Nome	Função	Ilustração
Simulador de cavalgada	Fortalece a musculatura dos membros inferiores, superiores e aumenta a capacidade cardiorrespiratória	

Fonte: Prefeitura de Vitória (2010a)

Alguns módulos da Appi dispõem de atendimento de um professor de Educação Física, ligado ao Soe, em alguns horários específicos (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a). O professor de Educação Física pode avaliar o estado funcional e morfológico dos sujeitos acompanhados, estratificar e diagnosticar fatores de risco à saúde; intervir nos fatores de risco; prescrever, orientar e acompanhar atividades físicas, tendo como objetivo a prevenção e a promoção da saúde, inclusive para grupos portadores de doenças e agravos, utilizando as atividades desenvolvidas na Appi como tratamento não farmacológico e mostrando junto à comunidade a importância da atividade física.

Atualmente Vitória dispõe de 21 Academias populares da pessoa idosas (Quadro 4).

Quadro 4 – Relação dos Módulos da APPI (continua)

Nome da unidade	Logradouro	Bairro	Horário
Academia Popular da Pessoa Idosa - Centro (praça Ubaldo Ramalhete)	Praça Ubaldo Ramalhete Maia	Centro	Seg 5h às 9h e 17h às 22h – Ter. a Dom. 5h às 22h

Quadro 4 – Relação dos Módulos da APPI (continuação)

Academia Popular da Pessoa Idosa – Consolação	Rua Desembargador José Batalha	Consolação	livre
Academia Popular da Pessoa Idosa - Horto de Maruípe	Avenida Maruípe	Da Penha	Seg 5h às 9h e 17h às 22h – Ter. a Dom. 5h às 22h
Academia Popular da Pessoa Idosa - Do Quadro	Praça Doutor Athayde	Do Quadro	livre
Academia Popular da Pessoa Idosa - Praça dos Desejos	Avenida Américo Buaiz	Enseada Do Suá	livre
Academia Popular da Pessoa Idosa – Goiabeiras	Praça Darcy José De Sá Filho	Goiabeiras	livre
Academia Popular da Pessoa Idosa - Jardim Camburi (praça Mario Elias da Silva)	Praça Mário Elias Da Silva	Jardim Camburi	livre
Academia Popular da Pessoa Idosa - Jardim Camburi - em frente ao posto atlântico	Avenida Dante Michelini	Jardim Camburi	livre
Academia Popular da Pessoa Idosa - Praia de Camburi - em frente à Sorveteria	Avenida Dante Michelini	Jardim Da Penha	livre
Academia Popular da Pessoa Idosa - Parque Barreiros	Rodovia Serafim Derenzi	Joana D´arc	Seg 7h às 9h e 17 às 22h e Ter. a Dom. 8h às 22h

Quadro 4 – Relação dos Módulos da APPI (conclusão)

Academia Popular da Pessoa Idosa – Jucutuquara	Praça Asdrubal Soares	Jucutuquara	Livre
Academia Popular da Pessoa Idosa - Maria Ortiz – Orla	Rua Ciro Vieira da Cunha	Maria Ortiz	Livre
Academia Popular da Pessoa Idosa – Tancredão	Rua Rosilda Falcão dos Anjos	Mário Cypreste	Livre
Academia Popular da Pessoa Idosa - Ilha de Monte Belo	Rua Augusta Mendes	Monte Belo	Livre
Academia Popular da Pessoa Idosa - Nova Palestina – Orla	Rua Pedro Bandeira	Nova Palestina	Livre
Academia Popular da Pessoa Idosa - Parque Moscoso	Avenida Cleto Nunes	Parque Moscoso	Seg 5h às 9h e 17h às 22h – Ter. a Dom. 5h às 22h
Academia Popular da Pessoa Idosa - Praia do Suá	Praça José Francisco Arruela Maio	Praia do Suá	livre
Academia Popular da Pessoa Idosa - Baía Noroeste	Rua da Coragem	Redenção	livre
Academia Popular da Pessoa Idosa – República	Praça Therezinha Grecchi	República	livre
Academia Popular da Pessoa Idosa – Romão	Rua Ormando de Aguiar	Romão	livre
Academia Popular da Pessoa Idosa - Santo Antônio	Praça Estela Coimbra	Santo Antônio	livre

Fonte: Prefeitura de Vitória (2010a).

A partir dos dados apresentados a respeito da Appi, podemos inferir que os objetivos propostos pelo programa procuram estimular uma mudança comportamental na população

idosa, pautada na prevenção a potenciais riscos e agravos decorrentes de atitudes pessoais, visto que apresenta, dentro dos seus objetivos, a incorporação da prática de atividades físicas no cotidiano da população idosa (figura 3).

Figura 3 – Placa do módulo da APPI Praia de Camburi (Jardim da Penha)



Fonte: A autoria do pesquisador

A proposta empreendida pelo Programa Academia Popular da Pessoa Idosa tem seu discurso pautado em ações que buscam, por meio de uma mudança comportamental, estimular a prática de atividade física no envelhecer humano, como estratégia para um envelhecimento mais saudável e livre de enfermidades. No entanto, reconhecemos que o documento oficial é apenas uma das ferramentas que permitem o levantamento de dados. Por isso se torna essencial a ida a campo, pois podemos verificar de que maneira os idosos significam a prática desenvolvida no espaço da Appi.

1.3 ESPAÇOS PÚBLICOS

Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa (GOMES, 2002, p. 163).

O espaço público reflete as tensões do processo de produção do espaço urbano e os conflitos de interesse que existem na esfera público-privada. Para que compreendamos o que

significa apropriação, precisamos antes fazer uma caracterização daquilo que é público, uma vez que a ideia de “apropriar” dá a noção de tornar algo próprio, particular. Portanto, é preciso diferenciar o que é próprio do que é comum. A esfera pública implica algo que é comum, em que o “público”, em primeira instância, pode ser visto e ouvido em todo lugar e, em segunda, é aquilo que é comum a todos, o próprio mundo e o lugar de cada um dentro dele. Esse mundo comum reúne os indivíduos e, ao mesmo tempo, evita que ocorra um choque entre eles (GOMES, 2002). Têm em comum, portanto, o fato de serem áreas do poder público geridas pelo Estado. Pertencentes, enfim, à coletividade e com valor de uso.

Os espaços públicos podem ser caracterizados por uma dimensão física e uma dimensão cultural. Reduzindo à dimensão física, os espaços públicos são assim considerados devido ao aspecto da acessibilidade e da civilidade. São marcados por três características para que seja possível estabelecer o que é, ou não, público. A primeira se refere à dicotomia entre o público e o privado, que geralmente se reduz à discussão nesses dois extremos sem se levar em conta fatores outros essenciais, por exemplo, se é um espaço coletivo. A segunda se refere à representação jurídica que é utilizada como meio de regulamentação do espaço como público, tornando a lei e não os costumes como fomentadora dos usos do espaço na cidade. A terceira e última diz respeito à definição a partir do livre acesso, o que se transforma em fantasioso, devido à existência de vários espaços que não possuem entrada liberada para todos, mas que não deixam de ser públicos (GOMES, 2002).

Alguns pontos que condicionam o espaço como público dizem respeito à vida pública, lugar de conflitos e comportamentos. Vida pública porque representa um espaço de possibilidades de expressões e manifestações políticas, as quais possuem uma normatização de práticas que guia o comportamento dos indivíduos no espaço; porém se torna um lugar de conflitos, devido à oportunidade de oposição a essas normatizações, que impõem certas posturas pessoais em determinados espaços. O que torna um espaço como público é exatamente a possibilidade do confronto, marcado pela liberdade do discurso e sem qualquer tipo de violência (GOMES, 2002).

Culturalmente falando, “[...] o espaço físico é preenchido por um vocabulário que se declina a partir de diferentes ‘lugares’ e de variadas práticas” (GOMES, 2002, p. 165). Notadamente, esse vocabulário que preenche o espaço está ligado à construção de significados e esses significados são fundados na vivência da sociedade em “tal” lugar que o diferencia de outro exatamente pelo uso, pelas práticas. Para Tuan (1983, p. 198), “O lugar é

um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se víssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar”. Essa conceituação de lugar põe em questão as mudanças drásticas que ocorrem nos espaços e que, como consequência, mudam os sentidos construídos pela população em um dado momento. Logicamente transformações ocorrem, porém deve-se levar em consideração a conservação dos aspectos históricos e culturais dos distintos espaços/lugares.

Algumas mudanças recentes no espaço público⁸ provocaram certo distanciamento da população com esse espaço. Ainda que alguns autores enfatizem que, pelas recentes mudanças sofridas, o espaço público deixara de assumir o papel que teve outrora como suporte e condição para a interação social, dando lugar à falta de segurança, há ainda aqueles que não acreditam no seu esvaziamento. Acompanhando essa lógica, existem investigações que procuram reafirmar o sentido democrático dos espaços públicos, argumentando que não se pode decretar o desaparecimento ou retração da convivência nesses locais, sob a alegação de que se tornaram inóspitos, pois a vida pública está sempre em transformação, principalmente no tocante às formas de uso. Nesse sentido, também os espaços públicos mudam-se e criam novas tipologias, visto que eles são o reflexo da sociedade a que pertencem. Muda seu público, muda sua aparência, muda, inclusive, o significado atribuído a eles.

Portanto, acredita-se que as pessoas continuam frequentando os espaços públicos e participando da vida pública, embora, em função da acentuada violência urbana, tenham mais cautela em permanecer em alguns locais. Alguns espaços reestruturados, de forma a atrair o público, têm tido sucesso em seus propósitos, apresentando grande incremento no uso (SILVA, 2009).

O espaço público pode se configurar como um lugar intencional de encontro, de permanência, de acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e de prestígio e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas (MENDONÇA, 2007), entendido, portanto, sob diversas formas, levando-nos a

⁸ São vários os motivos que estão associados ao afastamento da população do espaço público. Esses motivos se relacionam, primordialmente, com as mudanças que a sociedade tem passado ao longo dos anos. Como exemplo disso, tem-se: aumento da violência (GOMES, 2002); “tirania da intimidade”, em razão dos sentimentos de medo e desconfiança nos espaços não familiares, acabando por promover a busca por um ambiente uniforme, íntimo e seguro, rejeitando o estrangeiro (SENNETT, 1998).

compreendê-lo como um lugar de ação política, palco de relações sociais ou ainda como lócus da comunicação, democracia e encontros ocasionais.

1.3.1 Variáveis relacionadas com os usos e apropriações dos espaços públicos

[...] o termo apropriação nos remete a um sentido de interação física do sujeito com determinado local na presença do sentimento subjetivo para com este espaço, o pertencimento (RECHIA et al., 2012, p. 87).

As cidades estão permeadas por sucessivas transformações e isso torna necessário um alerta permanente quanto às maneiras de apropriação desse mesmo espaço. Essas transformações não se configuram apenas como mudanças físicas que acompanham as cidades ao longo do tempo. Com o passar dos anos, ocorrem mudanças e transformações mais sutis, que a simples aproximação dos sentidos não permite reconhecer prontamente. São novas estratégias de apropriação, comunicação e produção do espaço que recriam a maneira pela qual vemos, percebemos e entendemos a cidade.

A função de um espaço público implica o papel cotidiano que tende a desempenhar. Pode-se dizer que não existe função fixa, pois é alterada de acordo com as mudanças que ocorrem na sociedade, dependendo da necessidade daqueles que o utilizam. Dessa maneira, podemos dizer que um espaço é sempre o espaço de uma atividade específica, assim como as atividades só podem ter lugar em algum espaço (SANTOS; VOGEL, apud MENDONÇA, 2007).

As ações dos indivíduos podem criar marcas profundas gerando a incorporação dessas mesmas marcas à paisagem. O uso de um determinado espaço público pode ser importante na medida em que altera a estrutura de uma cidade. Essa alteração pode se desenvolver pela apropriação por repetido uso (SILVA, 2009).

Partindo do reconhecimento da cultura do nosso local de pesquisa, compreendemos, para tanto, que locais como a Appi se inter-relacionam nos ambientes das cidades (RECHIA; FRANÇA, 2006), entre eles, o espaço do trabalho, da vida privada e da vida pública. Segundo Rechia e França (2006, p. 62), a respeito das relações empreendidas nos espaços destinados à prática do lazer e saúde, “[...] tais relações oportunizam entre outras coisas a sociabilidade, [...] a atividade física, a brincadeira, o desenvolvimento cultural, assim como os confrontos, embates e tensões sociais que podem surgir na produção dessas experiências”.

Diante do exposto, entendemos que o lócus de nossa pesquisa pode ser compreendido a partir de duas dimensões conceituais, podendo ser caracterizado tanto como “espaço” quanto como “lugar”. O espaço, segundo Tuan, citado por Rechia et al. (2006, p. 63), é: “[...] um símbolo comum de liberdade no mundo ocidental. O espaço permanece aberto, sugere futuro e convida à ação”. Enquanto o “lugar”, nas palavras de Rechia e França (2006, p. 62), “[...] constitui a dimensão da existência que se manifesta por meio de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas e instituições”.⁹ Assim, aquilo que se configura como um espaço indiferenciado pode vir a se transformar em um lugar à medida que o conhecemos melhor e lhe atribuímos um valor.

Por isso compreendemos que existem apropriações que, devido à sua persistência, se tornam parte integrante da vida do próprio local. A esses processos nos habituamos e também os naturalizamos na medida em que os reproduzimos. Para Mendonça (2007, p. 297):

[...] afetas às apropriações encontram-se as possibilidades de uso indicadas diretamente pelo ambiente urbano construído, mas também, as possibilidades intuídas a partir dele, adaptadas às necessidades imediatas ou aos desejos e intenções não satisfeitos na construção do ambiente.

Destacamos que as apropriações, mesmo quanto intuídas e adaptadas, não implicam, necessariamente, inadequação. Podem, ao contrário, indicar criatividade na medida em que readaptam a sua necessidade para um melhor reaproveitamento. Isso se trata de um mecanismo de defesa e superação da população aos modelos impostos pelos planejadores (SANTOS; VOGEL, apud MENDONÇA, 2007). Observa-se, portanto, que o espaço público apresenta flexibilidade no seu uso, que pode sempre ser objeto de apropriações diferenciadas, mesmo que formalmente constituídos para finalidade específica.

Diante disso, compreendemos que diferentes motivações levam pessoas aos distintos espaços públicos. O tipo de atividade desempenhada/desejada varia muito, mas existe sempre, por parte do usuário, a expectativa de que experiências específicas poderão ser postas em prática no local e que recursos próprios serão disponibilizados ou mesmo necessários

⁹ Estabelecemos aqui uma distinção entre local, lugar e espaço visto que compreendemos que essas palavras carregam significados distintos e são usadas aqui com acepções diferenciadas. Quando nos referimos a local, estamos fazendo menção a um “ponto determinado” situado geograficamente sem carregar as concepções de pertencimento, ou não, ligadas aos conceitos de “espaço” e “lugar”.

(SILVA, 2009). Para que essa atividade possa ser desempenhada, é necessário que o usuário se sinta atraído para tal.

Compreendemos que um local mais atrativo tende a aproximar mais os indivíduos do que um local com pouca qualidade, pois as pessoas são capazes de reconhecer as diferenças existentes entre eles.

Neste ponto, coloca-se um elemento-chave para a apropriação dos espaços públicos: a atratividade do espaço. Tal processo pode ser entendido como a qualidade de um local que acaba por gerar essa aproximação e consequente apropriação (MENDONÇA, 2007). Segundo Lemos, citado por Silva (2009, p. 31), “Atratores podem ser elementos existentes em um espaço que motivem determinados deslocamentos. O poder de atração e o deslocamento realizado para chegar ao destino aumentam conforme a riqueza e a singularidade do que é ofertado no espaço [...]”.

Os espaços públicos podem ser convidativos, de fácil acesso, o que acaba por encorajar as pessoas a os utilizarem. No entanto, existem também aqueles espaços que são projetados para dificultar o acesso mantendo as pessoas mais afastadas.

Areladas à ocupação do espaço público, existem forças sociais (VIEIRA DOS SANTOS; RECHIA; TSCHOKE; VIEIRA, 2011) que se ligam a ações individuais e coletivas e que se referem à singularidade do local. As forças atreladas podem influenciar a preferência por determinados espaços: de impulsão, resistência, velocidade, gravidade etc. Segundo Vieira dos Santos et al. (2011, p. 3), forças sociais são:

Ações individuais e coletivas emergentes da sociedade, que de alguma forma, irão agir sobre a mesma. Tomando o caso específico dos espaços públicos constituídos no âmbito do lazer, isso ocorre em dois sentidos: na apropriação ou na desapropriação por meio de diversificadas práticas sócio-culturais.

Ainda conforme Vieira dos Santos et al. (2011, p. 3), a respeito da ocupação dos espaços públicos por parte dos usuários,

[...] cada pessoa possui sua individualidade e certo nível de autonomia perante suas escolhas. Os sujeitos muitas vezes podem escolher onde querem ou não estar, mas precisamos atentar para o fato dessas escolhas serem construídas historicamente pelo indivíduo e influenciadas pela sociedade na qual está inserido.

Pela leitura empreendida por Rechia et al. (2012), verificamos o amplo espectro de possibilidades no que se refere à apropriação do lócus de nossa pesquisa, em virtude de existir

uma grande diversidade de equipamentos presentes no entorno do Módulo da Praia de Camburi, os quais servem a diferentes objetivos. Associada a esse elemento decorre uma atração entre os usos principais e os usos derivados. “Equipamentos com usos principais indicam prioridade, ou seja, são aqueles que por si só atraem pessoas a um lugar específico, porque funcionam como âncoras” (RECHIA et al., 2012, p. 91). Como exemplo de usos principais, temos: locais de trabalho, escolas e moradias, porém apenas os usos principais não geram uma diversidade atraente; os espaços com usos principais precisam também de uma diversidade derivada, conceito esse que se aplica aos empreendimentos que surgem em consequência da presença de usos principais.

Ao considerarmos as opções de lazer disponíveis na Praia de Camburi (PC) e parafraseando os conceitos de “usos principais” e “usos derivados” de Rechia et al. (2012), podemos discernir neste local (Praia de Camburi) distintos lugares, diferenciando-os como de usos principais, quando “atraem” por si só os sujeitos à região da PC, ou como de usos derivados, quando são atraídos em razão da presença de um outro lugar que funciona como de uso principal.

Compreendemos que uma estrutura contemplada por ações sistemáticas que utilizem espaços e equipamentos diversificados, dentro da estrutura na qual o Módulo da Praia de Camburi está inserida (Praia de Camburi), além de estabelecer relações com elementos urbanos do entorno, como escolas, postos de saúde, residências, escritórios, podem gerar tanto a potencialização dos usos principais quanto oferecer subsídios para os usos derivados (RECHIA et al., 2012). Dessa forma, o espaço em questão pode ser de uso principal ou derivado.

A prática desenvolvida no local de nossa investigação está atrelada a distintas forças sociais que interferem diretamente nos modos de ocupação desse espaço. A forma pela qual a população do entorno se apropria desse espaço interfere na instituição desse programa. A escolha dos cidadãos por estar em determinado lugar e não em outro passa por vários fatores, muitas vezes não percebidos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico descrito neste capítulo consistiu em investigar detalhadamente o espaço público selecionado, analisando, assim, os aspectos que afetam os usos e apropriações desse espaço. Para tanto, procuramos observar os comportamentos, atitudes e falas dos distintos usuários do espaço público em questão. É interessante compreendermos não apenas a especificidade das práticas desenvolvidas no espaço da Academia Popular da Pessoa Idosa, como também a relação que essas práticas têm com outras dimensões da vida dos usuários. Entender, por exemplo, de onde esses usuários vêm e o que fazem pode nos fornecer subsídios para apreender melhor as relações estabelecidas com as práticas desenvolvidas naquele local.

Ao determinar o problema desta pesquisa, partimos da compreensão de que há discordância, por parte dos usuários, em relação ao uso e à apropriação do espaço público. As sucessivas transformações que acontecem nas cidades exigem permanente alerta quanto às maneiras de apropriação dos distintos espaços em disputa. Essas transformações não são apenas físicas. Existem transformações outras, mais sutis, que exigem uma observação mais intensa. Podem ser desde novas estratégias de usos, comunicação e produção do espaço, que recriam a maneira pela qual vemos e entendemos determinados locais, como estratégias de afastamento ou desapropriação de desses locais. Esses processos fazem parte do cotidiano das cidades (e, aqui, do espaço da Appi). Assim, percebemos a realidade urbana calcada em ideias construídas socialmente a partir dos distintos interesses que movem as ações dos usuários dos espaços públicos.

Foram selecionados, inicialmente, dois módulos para estudo. Os critérios para a escolha dos módulos levaram em consideração a intensidade de uso, o entorno do módulo, a localização (critério operacional que facilita o acesso do pesquisador) e o critério das condições econômicas dos bairros (alta ou baixa). Dessa forma, foi escolhido o Módulo Praça dos Desejos (MPD) e o Módulo Baía Noroeste (MBN). A ida a campo teve como recorte temporal o período entre setembro de 2013 e janeiro de 2014. As entrevistas e as observações na área foram realizadas na mesma época.

Para alcançar os objetivos do estudo, seguimos as seguintes etapas: a) levantamento bibliográfico da literatura relacionado com a produção sobre as ATIs nas revistas científicas; b) revisão de literatura a respeito dos espaços públicos e diferentes formas de uso,

caracterização da Appi, além de situar o idoso; c) ida a campo: registro fotográfico das ações observadas e observação com descrição em diário de campo; d) entrevista semiestruturada com os usuários do programa; e) análise dos dados.

De maneira geral, pesquisas de cunho qualitativo “exigem” a realização de entrevistas. Nessas situações, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado (MINAYO, 2001).

A escolha dos entrevistados esteve vinculada à necessidade de compreender o referencial simbólico, os códigos e as práticas do universo do Módulo da Praia de Camburi, mas chegar à decisão de quem seriam os entrevistados não foi tarefa simples.

Para tanto, foi feita uma pré-seleção inicial para a escolha dos entrevistados, atendendo aos seguintes critérios: ter disponibilidade para atender ao pesquisador; frequentar o módulo há mais de três meses;¹⁰ ter mais de 60 anos.

Para atendermos ao nosso objetivo de pesquisa, realizamos observações sistemáticas (WHYTE, 2001) associadas a cinco entrevistas semiestruturadas. As observações aconteceram três vezes por semana (entre as 18 e 19 horas), durante 17 semanas. A entrevista foi composta por um total de 11 perguntas (APÊNDICE A), tendo como foco a identificação do perfil dos usuários dos módulos, a frequência desses usuários, as relações que estabelecem com o local e com os outros usuários, além das motivações que os levam a nosso lócus de pesquisa e o que os afasta daquele local.¹¹ Vale ressaltar que, antes de participar das entrevistas, os entrevistados responderam a um termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE B), no qual concordaram em responder às perguntas por própria vontade e sem qualquer tipo de incentivo financeiro.

O contato entre entrevistado e entrevistador se deu no dia a dia do campo, com exceção de um dos entrevistados, que não possuía vínculos anteriores com o pesquisador e que se enquadra no grupo de desconhecidos.

¹⁰ Exceção se dá em relação ao usuário que se caracteriza como “desconhecido” (STIGGER, 2002). Não foi necessário que esse usuário frequentasse o módulo há mais de três meses.

¹¹ Antes da realização das entrevistas, submetemos o projeto à apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) a fim de obter posicionamento referente a procedimentos metodológicos citados no corpo desta dissertação. A pesquisa teve parecer favorável após apreciação, sob o nº 616.184 e CAAE: 19789114.8.0000.5542, sendo possível estabelecer os procedimentos aqui mencionados.

O que foi visto/ouvido (OLIVEIRA, 1996) dividiu-se no capítulo de análise em seis tópicos: localização e estrutura, artigos tecnológicos, sociabilidade, relações de pertencimento, autonomia e desconhecidos.

O trabalho de campo foi desenvolvido a partir de visitas ao nosso lócus de pesquisa. Essas visitas foram realizadas a partir do contato estabelecido com os profissionais ligados ao Serviço de Orientação ao Exercício que possibilitaram uma aproximação com os usuários do programa.¹² A partir das observações e das respostas dos entrevistados, foi possível compreender a situação do nosso universo de pesquisa e as diferentes formas de fazer uso/se apropriar do lócus da pesquisa. Em relação aos entrevistados, a amostra é composta por idosos com diferentes perfis.¹³

O nosso contato inicial com os módulos da Appi deu-se, principalmente, por meio de uma colega da turma do Mestrado e professora do Soe. Iniciamos a troca de ideias a partir de agosto de 2013 a fim de que nos cercássemos de informações acerca daquele local. Nesse período, fizemos uma sondagem sobre como funcionavam os módulos, procurando obter maiores informações a respeito do programa. Foi então realizada uma indicação, por parte dessa professora, para que procurássemos, em nome dela, um professor a fim de ele nos ajudar no processo de imersão no campo (o nome do professor não será citado para guardar seu sigilo). As conversas informais trocadas com a professora também foram de grande valia para compor o nosso entendimento inicial sobre como funcionavam os módulos na prática.

A partir do contato com os dois módulos selecionados para estudo (Praça dos Desejos e Baía Noroeste), constatamos, nessas escolhas, que teríamos dificuldades operacionais muito grandes para atingirmos nosso objetivo.¹⁴ Ficamos, durante cerca de duas semanas, realizando essa espécie de “estágio”. Com isso fizemos a opção por modificar o módulo de estudo.

A justificativa da mudança na escolha do módulo de análise se deu em razão dos seguintes motivos: o contato com o campo e as dificuldades nele encontradas que poderiam então inviabilizar nossa pesquisa. A primeira dificuldade se refere à aproximação com os usuários. De acordo com Geerts (2008), para que um pesquisador compreenda o lócus da pesquisa, é necessário, antes de tudo, aproximar-se do campo investigativo e “viver” a

¹² É importante esclarecer que os profissionais ligados ao Soe fizeram tão somente nossa inserção no módulo de forma que tivemos que “caminhar com as próprias pernas” no decorrer do processo de imersão no campo.

¹³ Os cinco usuários que participaram da entrevista foram: Josefa, Cássio, Neide, Jonival e Augusto.

¹⁴ Dentre as dificuldades que poderíamos encontrar, estão: nenhum apoio por parte da equipe do módulo do Soe vinculado ao módulo da Academia Popular da Pessoa Idosa em questão e quantitativo de idosos insuficiente, o que poderia prejudicar a qualidade dos dados.

realidade do campo. Diante da falta de apoio da equipe do módulo do Soe dessas duas realidades (MBN e MPD), tivemos poucas chances para estabelecer uma maior interação com os usuários e com o campo. Ainda sobre isso, Magnani (2001) destaca que o contato com os diretamente envolvidos com o objeto que se está estudando é um dos pressupostos do método etnográfico, sendo essencial, portanto, estabelecer contato com os usuários do programa.

O segundo motivo que justificou a mudança na escolha do módulo de análise se refere ao fato de haver um quantitativo de idosos relativamente baixo para desenvolvermos nossa análise, pois compreendemos que, apesar de ser elemento essencial da pesquisa qualitativa a qualidade das informações, elas devem ser reiteradas (MINAYO, 2001).

E o terceiro e último motivo diz respeito à dificuldade operacional no acesso ao Módulo Baía Noroeste. O nosso envolvimento com a atividade docente no magistério do município da Serra/ES fez com que tivéssemos poucas possibilidades para nos deslocar até o MBN. Acreditando que é necessária, por parte do pesquisador, a imersão no campo a fim de compreender a “cultura” do local (GEERTS, 2008), percebemos que seria mais prudente nos “estabelecermos” em um local que tivesse um acesso mais fácil diante das dificuldades relatadas.

Em frente a essas dificuldades, optamos em mudar o nosso local de pesquisa e escolhemos o Módulo da Praia de Camburi (Jardim da Penha) pela facilidade operacional para o acesso, disponibilidade por parte da equipe do módulo do Soe em nos inserir no campo e pela frequência relativamente boa de idosos durante o horário disponibilizado para a pesquisa. Feitos os esclarecimentos iniciais sobre a justificativa da mudança do módulo, a seguir, explicitaremos os instrumentos metodológicos que compuseram esta pesquisa.

2.1 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETOS DE ESTUDO

Nesta etapa, buscamos explorar os fatores que determinam a percepção da atratividade e sua influência na intensidade e formas de apropriação do local selecionado. Para realizar a investigação, foram utilizados alguns métodos de coleta de dados. Primeiramente, foram realizadas observações sistemáticas do dia a dia do módulo e, por fim, efetivamos as entrevistas semiestruturadas.

A caracterização do espaço físico e do seu entorno foi a primeira atividade realizada no campo nas primeiras semanas de observação. Fizemos um levantamento das diferentes estruturas pertencentes ao Módulo da Praia de Camburi (MPC) e nos arredores do referido local. Os registros do levantamento foram digitalizados em um diário. Foram estabelecidos os seguintes itens:

- a) edificações do entorno do MPC;
- b) mobiliário existente no espaço pesquisado (bancos, cobertura contra chuva, rampas, lixeiras etc.

Por meio da observação sistemática do dia a dia do MPC, pudemos verificar as formas de uso dos usuários. Esse procedimento permitiu produzir informações sobre as atividades dos usuários e seus comportamentos. A observação assumiu papel significativo na pesquisa qualitativa por possibilitar o envolvimento com os atores da realidade investigada (OLIVEIRA, 1996). Desse modo, para conhecer o comportamento dos usuários e os diferentes níveis de apropriação do local pesquisado, foram realizadas observações comportamentais, a partir do nosso olhar, registradas em diário de campo. Segundo Oliveira (1996, p. 19):

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo – ou no campo – esteja na domesticação teórica do seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade.

Para auxiliar na apreensão daquilo que era “visto” e “ouvido” no campo, fizemos uso de um *smartphone*, que funcionou como um diário de campo, no qual registrávamos anotações durante e no término das observações.

No diário, eram anotadas questões relativas ao dia a dia do MPC. Intervenções significativas de alguns usuários, por meio de comportamentos ou de falas, recebiam destaque.

O diário fez emergir questões importantes, visto que parece nos remeter a um processo de escuta de si mesmo. Foram feitas observações pautadas em nosso olhar, como se estivéssemos contando uma história para nós mesmos, sobre o que foi edificado até o momento da pesquisa. Sobre isso, Nascimento e Ibiapina (2013, p. 6) afirmam:

Narrar história de forma escrita consiste em narrar a história para si mesmo, organizando diálogo interior com sua pessoa, tomando consciência sobre sua existência, compreendendo sua trajetória de vida pessoal e profissional. Dessa forma, as narrativas escritas têm efeito formador por si só porque transporta o narrador para o campo de reflexão sobre si mesmo.

Para que determinássemos qual seria o horário das visitas, foram feitas observações exploratórias no espaço investigado, a fim de identificarmos em qual momento havia mais concentração de idosos. Definimos que esse momento seria o final da tarde/início da noite. A partir dessas informações, foi definido que o horário da observação teria a duração de cerca de uma hora a partir das 18 horas. De forma sistematizada, o MPC foi observado durante três dias da semana. As observações ocorreram no período de setembro de 2013 a janeiro de 2014.¹⁵

Buscamos com a entrevista “ouvir” informações com o propósito de termos mais elementos para compreender aquela realidade, além de realizar um entrelaçamento com aquilo que tinha sido observado no dia a dia do módulo (OLIVEIRA, 1996).

A entrevista é uma técnica que permite identificar os diferentes discursos narrativos que, ao estimularem um diálogo interior, fazem o usuário tomar consciência sobre sua própria existência (NASCIMENTO; IBIAPINA, 2013). Não buscamos, com esse procedimento, quantificar o maior número de entrevistas possíveis, mas, sim, colher nas entrevistas realizadas informações relevantes que pudessem tornar mais clara a compreensão do nosso objeto.

A construção da entrevista foi baseada no objeto de pesquisa e nos objetivos a serem investigados. Os contatos iniciais com os usuários do módulo associado à nossa inserção no campo contribuíram para a formulação da entrevista.

A esse respeito, Nascimento e Ibiapina (2013, p. 3) compreendem a narração como “[...] a produção de conhecimentos interligados que quando organizados compõem história possível de serem retransmitidas e compreendidas, expressando visão específica situada no tempo e no espaço”. Dito isso, pudemos, em nossa imersão nas entrevistas, alargar a possibilidade de acesso ao universo de significações dos usuários (STIGGER, 2002).

Esse processo de narrar o que foi visto e o que foi ouvido (NASCIMENTO; IBIAPINA, 2013) foi utilizado na pesquisa para potencializar a construção de dados e

¹⁵ Para complementar os achados, em três finais de semana, foram feitas algumas observações no Módulo da Praia de Camburi durante o período da manhã.

também por ser considerado como um procedimento de formação que possibilita uma reflexão a respeito das experiências relacionadas com o nosso objeto de pesquisa, além de permitir que, ao mesmo tempo em que o indivíduo organiza suas ideias para fazer determinado relato, reconstrua suas experiências e, ao refletir sobre elas, produza novos elementos para a pesquisa. Sobre isso, Thompson (1997, p. 57) comenta:

[...] Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspecto desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais.

Destacamos que o processo de narrar provoca mudanças na maneira como cada pessoa compreende os outros e a si mesmos. O que é narrado e, portanto, compartilhado, pode se configurar em elemento potencializador de novas sínteses criativas e em elos que ligam os sujeitos entre si (NASCIMENTO; IBIAPINA, 2013). Nessa perspectiva, a experiência com o ato de ouvir (OLIVEIRA, 1996) tornou o trabalho mais enriquecedor por possibilitar novas sínteses a partir daquilo que já tinha sido visto/observado no dia a dia do módulo da praia. Como afirmam Nascimento e Ibiapina (2013, p. 8), “[...] a experiência profissional narrada é indissociável da história pessoal e da cultura social”.

Para tanto, a entrevista foi aplicada pelo pesquisador e por uma profissional da área de Educação Física em um local improvisado: nos bancos próximos ao módulo. A aplicação de cada entrevista durou cerca de 30 minutos, mas, a depender dos elementos que surgiam, o diálogo se estendia.

2.2 QUEM SÃO OS USUÁRIOS DO MÓDULO DA PRAIA DE CAMBURI

Observamos que nosso local de pesquisa é frequentado por idosos, jovens, adultos e crianças que compartilham o mesmo local. Conforme informações obtidas logo nos primeiros contatos, percebemos que se trata de um quadro bastante heterogêneo, em que os idosos, população investigada, possuem aspirações distintas no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades em nosso lócus de pesquisa. É válido ressaltar que o lócus de nossa pesquisa é constituído de universos bem particulares onde se observou certa liberdade e imprevisibilidade, o que tornou nosso empreendimento mais desafiador.

Dessa forma, expressando-se por afirmações, comportamentos, algumas vezes próximas, outras vezes bem distantes e até mesmo contraditórias, foi possível enumerar as específicas maneiras de os usuários vivenciarem aquela realidade. Assim, todos esses modos que eles utilizaram para expressar as suas identidades fazem parte daquele local e são elementos constitutivos dos sentidos que representam para aquele universo, assim como para cada participante em particular. Em alguma medida, todas as atitudes e expressões encontradas no contexto investigado contribuem para a construção dos seus modos de vida no Módulo da Praia de Camburi.

De maneira geral, os usuários idosos do MPC são indivíduos de diferentes estratos sociais, com formação cultural e profissional bastante diversa (foi possível identificar professor, advogado, costureira, administrador, dentre outros). Apesar de o programa ser direcionado ao público idoso, os usuários do Módulo da Praia de Camburi se dividem entre estudantes (principalmente crianças de até 10 anos de idade), adultos e idosos das mais distintas idades. Em sua maioria, são moradores da região de Jardim da Penha, que se deslocam em poucos minutos das suas residências até o módulo. Pudemos observar ainda usuários que são originários de outros locais, dentre os quais, turistas.¹⁶

Além dessas informações, outras características permitem identificar a heterogeneidade dos usuários do módulo (a partir da caracterização dos entrevistados), que é composto por indivíduos como: uma mulher com 67 anos, é costureira, não é casada e mora sozinha; outro que tem 63 anos, é casado, possui o segundo grau completo e exerce atividade administrativa; outra que tem 60 anos, ensino superior completo, é professora e vai ao módulo com a família.

No que se refere ao desenvolvimento das atividades no MPC, os usuários têm características diferenciadas: há alguns que possuem maior disponibilidade de tempo e frequentam o local todos os dias, além dos finais de semana; alguns têm um tempo para o desenvolvimento das atividades mais escasso, conseguindo disponibilizar determinados dias e horários para praticar suas atividades; e há ainda aqueles que, por razões diversas, nunca sabem quando irão comparecer (Josefa é um exemplo: como é costureira, mora só e precisa

¹⁶ É importante ressaltar que, quando apresentamos um panorama sobre os usuários, temos a obrigação de informar ao leitor sobre tudo aquilo que encontramos no MPC e, por isso, ressaltamos que o local de nossa pesquisa tem desde crianças até idosos. No entanto, nosso empreendimento busca analisar apenas o grupo idoso e as interações empreendidas com o ambiente, com o local e com os outros usuários.

“pagar as contas”, trabalhando por conta própria, muitas vezes fica sem tempo para frequentar o módulo).

É importante ressaltar que, com exceção das entrevistas, nosso empreendimento não foi realizado com um grupo fechado de usuários. Diante disso, fazemos referência aos usuários entrevistados, bem como àqueles que estabeleciam contato recorrente com o pesquisador, ou mesmo aqueles que não mantinham contato, mas estavam presentes nos momentos de realização da pesquisa.

Com base no exposto, o presente estudo adotará, no próximo capítulo, o seguinte delineamento: breve descrição do contexto de estudo; apresentação das dificuldades encontradas no campo para o desenrolar da pesquisa; descrição do campo associada a uma análise daquilo que foi visto e ouvido.

3 DESCRIÇÃO ETNOGRÁFICA DO CONTEXTO DE ESTUDO

Antes de estabelecermos considerações, é preciso apontar uma explicação relacionada com o motivo de compreendermos o trabalho desenvolvido no campo como árduo. O trabalho de campo aparentava ser de fácil execução; porém nos deparamos com alguns entraves. Um evento que pode ter colaborado para essa “falsa impressão” diz respeito à relativa facilidade de elaboração dos dispositivos de entrada no campo, o que nos levou a acreditar que seria fácil aplicá-los.

No intuito de apontar os limites do nosso trabalho de campo, a questão do tempo apareceu como fator importante. O nosso período de observação nos obrigou a “avançar o sinal” naquilo que não é possível acelerar: nas relações humanas, vistas sobre o prisma da confiabilidade que seria necessária gerar entre pesquisador e participantes da pesquisa. No caso de um trabalho etnográfico, ele exige um demorado e custoso processo de amadurecimento e de criação de laços com as/os participantes da pesquisa (WHYTE, 2001).

Por outro lado, essa questão do tempo talvez tenha sido implementada visto que a rotatividade no âmbito da Appi é muito grande, sendo difícil, portanto, estabelecer um vínculo maior com grande parte dos usuários, já que nem todos estavam disponíveis nos dias e horários de desenvolvimento da observação. Foi comum conhecermos um determinado usuário e tê-lo visto apenas poucos dias frequentando o módulo. Tornava-se, então, impossível aprofundar as observações e as relações para obter informações relevantes a respeito desses usuários.

No entanto, percebemos também que o campo nos gerou gratas surpresas, o que acabou por influenciar profundamente o nosso projeto. Entre a fase de concepção e a finalização das entrevistas, muitas coisas mudaram, pois, por mais que procurássemos levar em consideração o foco na resposta aos nossos problemas de pesquisa, não deixamos de “seguir” aquilo que o campo indicava e por isso tivemos que fazer mudanças no processo de investigação no campo.

Outro fator que, em certa medida, atrapalhou em alguns momentos o desenrolar da pesquisa foi o fato de a Academia Popular da Pessoa Idosa, por ser um local aberto, em dias chuvosos, não permitir o desenvolvimento do nosso trabalho, visto que os usuários não compareciam. Em muitos momentos ficamos impedidos de realizar a pesquisa porque, coincidentemente, os meses de novembro e dezembro apresentaram níveis de chuva muito

altos, fazendo com que os usuários não tivessem possibilidades para desenvolver suas atividades no módulo da APPI. Como tal, tivemos que suprimir algumas visitas.

Tomando esses elementos como base, fizemos uma observação por um período de três meses e meio, entre setembro de 2013 e janeiro de 2014. Esse período pode ter tido relação direta com a frequência de pessoas, pois o calçadão estava sempre bastante movimentado, sobretudo por ter muitas opções para o turista/morador. A sua localização costeira nos fez perceber um ciclo desigual de movimento no calçadão em comparação com outros períodos do ano, o que sugeriu uma percepção que tomasse como ponto de partida as implicações da variação sazonal. Essa variação é perceptível de forma significativa nos espaços à beira-mar, altamente concorridos durante a estação quente e pouco movimentados na mais fria e chuvosa (entre os meses de maio e setembro). O verão assume-se como o “momento de novas possibilidades”: aos turistas permite novas sociabilidades e aos habitantes locais garante novas opções de lazer.¹⁷

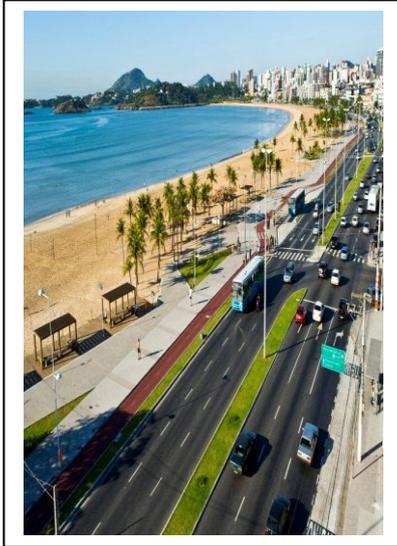
Assumindo as dificuldades apontadas inicialmente neste capítulo, será apresentada a descrição etnográfica do universo estudado. Dessa forma, este capítulo é resultado do entrelaçamento de informações relacionadas com o que foi visto e ouvido (OLIVEIRA, 1996). Cabe destacar que os nomes que aparecerão na descrição são todos fictícios.

Conforme já referido, este trabalho, fruto da observação do contexto da Academia Popular da Pessoa Idosa, envolvendo a busca de informações por meio da observação e escuta do contexto pesquisado, trouxe-nos resultados que passaram pela revelação da cultura do local do universo investigado. Adotaremos, com o propósito de tornar mais claro o nosso objeto de investigação, a divisão das descrições etnográficas em tópicos. São essas descrições que proporcionaram a análise assim como o aprofundamento da sua compreensão a fim de que entendêssemos melhor nosso objeto de pesquisa.

¹⁷ No verão, a Prefeitura Municipal de Vitória ofertou eventos culturais e esportivos na Praia de Camburi, aumentando o movimento de pessoas.

3.1 LOCALIZAÇÃO E ESTRUTURA

SHUWAAAAASPLASHHHHHHHHHHHHEWWWWWWWWWA AAAAAAA

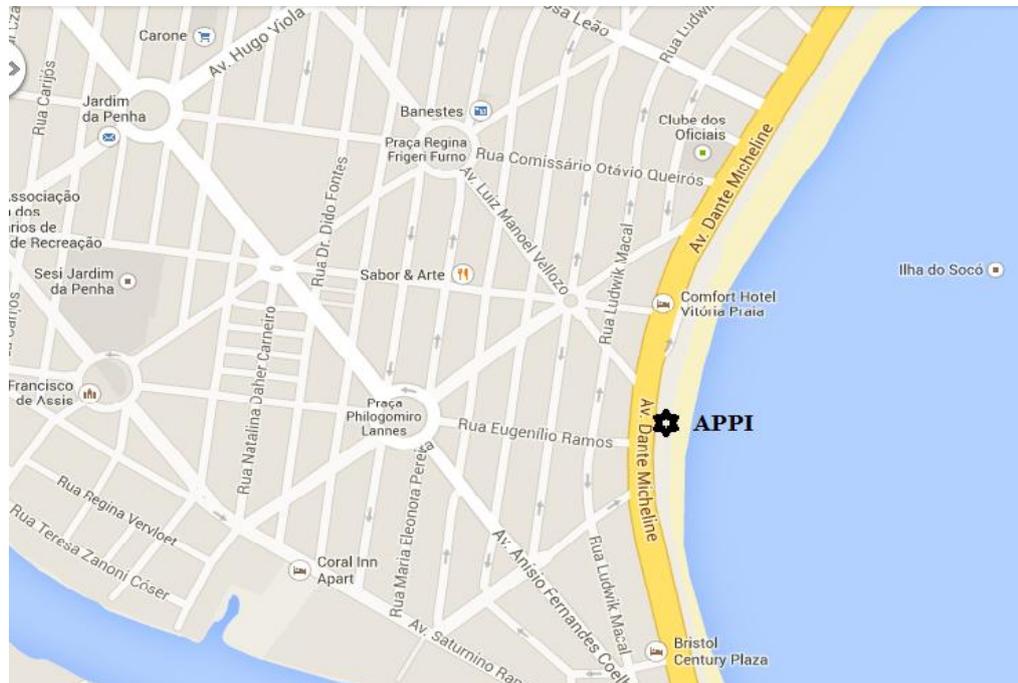


*Vou caminhar até o fim da praia
Com os pés na água
Só pra ouvir cada onda quebrar
Shuaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaschleeeeeeplow
sshelesssspsssssssssuhaaa
schelessspowushuaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaa
E o mar
Ainda me contaria
Histórias para mais dez livros
Se tivesse sempre
Abertos
Os poros
As portas
E os ouvidos*

(Marcos Pimenta)

O MPC fica localizado na Av. Dante Micheline (possivelmente, a via mais movimentada do bairro Jardim da Penha), entre a Av. Luís Manoel Veloso e a Rua Eugênio Ramos. Essa região é composta por muitos hotéis, prédios residenciais, além de estabelecimentos comerciais, como sorveterias e restaurantes. O módulo está instalado no calçadão da praia. No entorno do módulo, observamos a presença de vendedores ambulantes, principalmente vendedores de água de coco, módulo do Soe, módulos móveis privados de treinamento funcional, além dos usuários do calçadão e da praia.

Figura 4 – Mapa com a localização do módulo da praia



Fonte: Google Maps

Figura 5 – Visão do módulo da Praia de Camburi a partir do calçadão



Fonte: A autoria do pesquisador

No entorno do MPC e com inteira relação com esse contexto, encontra-se o calçadão. O calçadão¹⁸ da orla da Praia de Camburi possui 5km de extensão (PREFEITURA DE

¹⁸ É uma forma de pavimentação de praças ou ruas pedonais, ou seja, destinadas somente a pedestres.

VITÓRIA, 2013), contendo espaço para caminhada, corrida, uma ciclovia, alguns deques de madeira com bancos com cobertura para quem quer fugir do sol, além de alguns quiosques, um módulo do Soe e nosso lócus de pesquisa, o módulo da Appi. O fato de ser um grande “passeio à beira-mar” faz esse local ser bastante procurado pelas características que o identificam como um espaço de lazer. Nesse local, encontramos turistas, pedestres ou mesmo moradores da cidade em busca de lazer, tendo nas suas proximidades bares, restaurantes e sorveterias, o que parece torná-lo atrativo para grupos distintos de pessoas.

Identificamos, a partir de nossas visitas, um grande movimento de transeuntes, o que pode ter relação com a sensação de segurança por parte dos frequentadores, sobretudo pela boa iluminação do local e pela presença constante de membros da Guarda Municipal (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2013b). Em trecho de entrevista, Neide indica que “[...] a reputação do lugar é determinante. É importante saber que tem policiamento”.

O calçadão influencia diretamente o uso do módulo da Appi, pois, em se tratando de um local de passagem por parte daqueles que se utilizam desse espaço/lugar para realizar as mais diversas atividades de lazer disponíveis, alguns dos potenciais usuários, que parecem desconhecer o programa, param para observar e acabam sendo “chamados” a usar aquele espaço, como podemos observar na fala de dona Augusta: “Eu não conhecia isso aqui. Agora passei a utilizar porque me atraiu muito os idosos aqui, o fato de ser na praia, ao ar livre”.

Algo de difícil compreensão reside no fato de uma parte da população usuária do calçadão/praias desconhecer a existência da Appi ou mesmo desconhecer sua função, ainda que esse módulo esteja instalado desde dezembro de 2010. Apesar do destaque proferido por parte da população usuária do calçadão,¹⁹ um olhar mais atento não a deixaria passar despercebida. Já faz praticamente parte da paisagem. Essa constatação surgiu de conversas informais com alguns vendedores ambulantes e com alguns usuários do calçadão, que, quando questionados em entrevista sobre a proposta do programa, não foram unânimes em suas respostas: “Não. Eu sei que ela foi instalada para motivar as pessoas a fazer exercícios” (NEIDE); “O objetivo é movimentar o pessoal da terceira idade” (JONIVAL); “O que eu entendo é que eles propõem que as pessoas não fiquem paradas em casa” (JOSEJA); “Não” (CÁSSIO).

Um elemento que se configurou como importante instrumento para que pudessemos nos aproximar um pouco mais dos usuários está relacionado com a presença de bancos

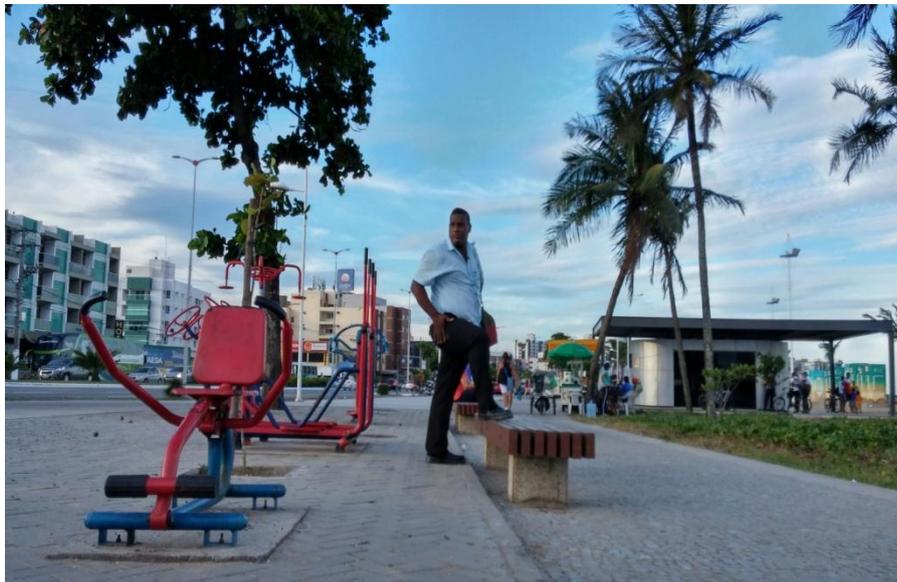
¹⁹ Não foi realizado nenhum tipo de pesquisa para levantar esses dados. Esse “dado” foi gerado fruto de um contato com usuários do calçadão e do acesso a reportagens.

próximos ao módulo, de onde pudemos observar cada movimento deles. Consideramos que, ao sentar próximo, poderíamos obter informações mais concretas sobre o cotidiano da praça. O banco serve ainda como refúgio para aqueles mais cansados após suas atividades. Em trecho do diário de campo, foi possível perceber como o banco pode se tornar significativo para o descanso: “Em uma das situações que tornavam aquele local particularmente único, percebeu-se que seu Augusto, após uma sequência de exercícios, diminui o ritmo e se senta para recuperar o fôlego” (PESQUISADOR, 26 de novembro de 2013). Ainda que o banco não faça parte do desenho estrutural da Appi, ele parece já estar integrado ao módulo da praia. Ele nos permitiu enxergar mais de perto os elementos constitutivos daquele local, como as relações estabelecidas no dia a dia do módulo, a heterogeneidade dos usuários, o movimento de pessoas etc.

O módulo é ao ar livre e, portanto, está em inteira relação com elementos da natureza, como chuva, sol, brisa, praia, mar, além dos prédios do bairro de Jardim da Penha. O espaço tem uma vista privilegiada para boa parte desse bairro.

O fato de ser ao ar livre torna maior a interação entre usuários e natureza. Exemplo disso acontece quando nos sentamos no banco e fomos chamados a atenção por seu Fernando que dizia: “É o terceiro bando que passa por aqui hoje. Veja como é bonito. Eles estão indo se alimentar no mangue e amanhã voltam a passar por aqui novamente”, referindo-se a um bando de aves que voavam em sincronia. Isso demonstra o quão eles estão conectados com os elementos da natureza e como isso pode estimular suas atividades na Appi.

Figura 6 – Bancos próximos ao módulo



Fonte: Autoria do pesquisador

Nos dias de bom tempo, a presença dos usuários é mais perceptível, muitas vezes chamando a atenção dos transeuntes.²⁰ Além disso, eles têm intensa interação com o mar, que parece inspirar suas atividades. Tem-se a impressão de que, para eles, o barulho do mar e do balanço dos coqueiros é mais estimulante que o som emitido por aparatos eletrônicos. Segundo Fernando, “[...] com a possibilidade de ouvir o mar, para que eu quero um rádio? Prefiro ouvir o som da natureza”.

Corroborando os elementos aqui apresentados a respeito da interação entre usuários e a natureza, em trecho do diário de campo realizado no dia 15 de janeiro de 2014, foi possível registrar esse tipo de interação:

Em uma das muitas situações interessantes se percebeu, a partir de um olhar mais atento para duas pessoas, que, enquanto eles, um casal de idosos, realizavam o exercício no aparelho ‘esqui’, a mulher contemplou o pouso de um pássaro próximo ao local onde eu estava sentado e ficou exclamando: ‘Olha que coisa linda!’. Isso denota o quanto a interação entre os usuários e o ambiente é importante no estímulo às práticas desenvolvidas naquele local (PESQUISADOR, 15 de janeiro de 2014) .

²⁰ Muitas pessoas que fazem a passagem pelo calçadão ficam observando o espaço da Appi, principalmente quando este se encontra muito cheio. Em geral, elas não são familiarizadas com os usuários e que desconhecem o funcionamento daquele espaço, o que fica evidente pela falta de interação entre eles.

Talvez o único elemento da natureza que incomode de fato os usuários, impedindo-os de realizar suas atividades, seja a chuva. Seu Fernando chama a atenção de um “desconhecido” (STIGGER, 2002) que está de passagem e diz: “Eu frequento desde a inauguração e isso tudo aqui já faz parte do meu dia: o mar, a praia. Só não dá para vir quando chove”.

A experiência com os elementos constitutivos do MPC é obtida a partir da sensação, da percepção e da concepção sobrevivida das formas humanas de construção e conhecimento da realidade (TUAN, 1983). A vivência parte do ato de experienciar o espaço, como diz Tuan (1983, p. 10), “[...] agir sobre o dado e a partir dele poder criar”, isto é, aprender por meio da vivência e das interações socioespaciais, incluindo experiências passadas e projeções futuras. Essas interações, segundo Tuan (1983), são realizadas a partir dos órgãos dos sentidos e da consciência, permitindo, assim, o desabrochar de um elo entre a pessoa, o espaço e, *a posteriori*, a fundação do lugar, dotado de relações emocionais por um indivíduo ou um grupo de pessoas.

É importante entendermos que o espaço público da Academia Popular da Pessoa Idosa estabelece uma interação com o meio, sua forma e os usos da população. Formalmente, compreende-se que essa relação que se estabelece se encontra fortemente vinculada a aspectos físicos, caracterizados pelo seu desenho estrutural, que representam os espaços a que se destinam, correspondendo à imagem daquele espaço. No entanto, compreendemos que existem aspectos outros relacionados com esse desenho estrutural básico (MENDONÇA, 2007). Portanto, a forma do ambiente em questão se encontra associada às articulações empreendidas pelos usuários e seus respectivos desejos. Esses usuários, por seu turno, independentemente das relações que estabelecem, a partir da definição de que maneira deve funcionar aquele ambiente, manifestam-se novamente, estabelecendo novos vínculos ou não, quando da apropriação do espaço. Desse modo, encontram-se distintas possibilidades de uso de determinado ambiente, adaptadas às necessidades imediatas ou aos desejos e intenções não satisfeitos na construção do ambiente.

Compreendemos, com isso, que a “estrutura/localização” funciona como um chamariz e se configura como uma força social (VIEIRA DOS SANTOS et al., 2011) tanto na apropriação quanto na reapropriação. Gostaríamos de salientar que a estrutura contemplada por ações sistemáticas que utilizem o espaço do MPC, além de estabelecer relações com

elementos urbanos do entorno, pode gerar tanto a potencialização dos usos principais quanto oferecer subsídios para os usos derivados (RECHIA et al., 2012).

Percebemos que espaços próximos ao MPC funcionam como de usos principais. Exemplo disso se dá quando um dos usuários, seu João, relatou ir ao módulo toda vez que sai do escritório, todavia, se o escritório não fosse próximo desse espaço, isso dificilmente iria ocorrer. Josefa afirma que realiza as atividades no MPC porque este fica localizado no calçadão da Praia de Camburi, que funciona como de uso principal, onde ela realiza sua caminhada. Diz Neide: “Eu faço caminhada primeiro e depois venho para cá. Academia para mim é secundária”; enquanto para outros o MPC tinha como uso principal, por si só, “atrair” os indivíduos que saíam de suas casas para desenvolver apenas aquela atividade (RECHIA et al., 2012). Em trecho de diário de campo isso fica mais evidente:

Durante uma conversa entre dois usuários, notamos que eles falam sobre o fato de virem desenvolver suas atividades no ‘módulo da praia’ sem ter quaisquer outros interesses além deste. Relatam na conversa que, em outros tempos, até iam fazer caminhada, mas hoje em dia não mais (PESQUISADOR, 11 de novembro de 2013)

Quanto à questão da estrutura/localização, podemos citar uma passagem de uma conversa com um dos usuários: “[...] na minha opinião, esse módulo instalado nesse local é muito bom. Se eu morasse em outro lugar que não tivesse um módulo igual esse aqui, eu tentaria procurar um lugar que tivesse”. Isso demonstra a forte relação do usuário com a estrutura do módulo da praia, o que pode estar relacionado com as vivências e sentimentos experienciados por ele naquele espaço ou em outros com características estruturais semelhantes.

Fazem parte da estrutura/localização as características de acesso e acessibilidade. Compreendemos que o módulo da praia se localiza em um ambiente que é acessível para alguns (cadeirantes); no entanto, é de difícil acesso para outros (deficientes visuais). Não somente de rampas se constitui o acesso, pois em nenhuma das observações encontramos adaptações no que se refere às pessoas com deficiência visual. Segundo Cohen e Duarte (2010, p. 82): “[...] os espaços inacessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida dificultam os processos de afeto e construção do Lugar”. Assim, se o indivíduo não consegue chegar ao espaço destinado ao módulo da praia, é evidente que não pode ocorrer a apropriação.

Entendendo que a acessibilidade faz parte da estrutura/localização e que ela se constitui como uma força social na apropriação para aqueles que têm possibilidades de acesso, a estrutura/localização também pode atuar como força social na desapropriação. Foi possível observar, durante a fase de pesquisa de campo, que alguns equipamentos do MPC, ao serem retirados para passar por manutenção e não serem repostos, causaram desconforto nos usuários, que tão logo mostraram seu descontentamento: “[...] eu estou pouco satisfeita porque os aparelhos não sofrem manutenção. A de Jardim Camburi²¹ está bonita. Agora essa aqui está quebrada” (JOSEFA); “Não tô satisfeito porque tinha mais aparelhos antes, mas quebraram. Deveria ter manutenção” (CÁSSIO); “Eu acho que deveria ter mais aparelhos” (NEIDE); “Não estou satisfeito pelo desleixo. Aparelho quebrado desestimula. O da remada tá quebrado” (JONIVAL).

Essa questão relacionada com a manutenção e, por consequência, a atratividade dos aparelhos foi uma reclamação constante dos usuários que se mostraram insatisfeitos com a falta de cuidado com aquele lugar. Isso demonstra a forte relação estabelecida entre o usuário e a estrutura do módulo, o que pode estar associado às vivências e sentimentos experienciados por ele naquele espaço.

Em virtude disso, compreendemos que a estrutura/localização se configura como uma força social (VIEIRA DOS SANTOS et al., 2011) tendo grande influência sobre a apropriação do módulo da praia.

3.2 ARTIGOS TECNOLÓGICOS

Quando tratamos da realização de alguma atividade física, em geral nos remetemos à utilização de roupas mais adequadas para essa atividade, possibilitando maior conforto e menos incômodo na execução dos movimentos. Associado ao exposto, uma das indústrias que tem se desenvolvido para atender ao público idoso é a indústria da moda. Mercado esse que cresce, sobretudo, no campo dos materiais esportivos (SANTOS; BARBOSA, 2011).

Ainda que se reconheça a importância do uso de roupas adequadas durante a realização da atividade física/prática corporal (SANTOS et al., 2011), alguns usuários parecem se sentir mais à vontade fazendo uso de roupas que eles já utilizam no seu dia a dia.

²¹ Referência ao módulo da Appi instalado na Praia de Camburi, na altura do bairro de Jardim Camburi.

Notamos que alguns dos usuários parecem se “sentir em casa” naquele lugar. Isso se relaciona com o fato de usar chinelo de dedo ou mesmo realizar suas atividades descalços.

Diferentemente da maioria dos usuários idosos aos quais fizemos referência no parágrafo anterior, alguns usam artigos esportivos mais modernos, como roupas com tecidos tecnológicos que ajudam no desempenho das atividades, tênis com sistema de amortecimento moderno ou mesmo um monitor de frequência cardíaca.

Figura 7 – Uso de chinelo por parte de um usuário da Appi



Fonte: A autoria do pesquisador

Figura 8 – Usuário realizando exercícios descalço no módulo da praia



Fonte: A autoria do pesquisador

A observação da paisagem enquanto se exercitam pode ser um indicativo da não utilização de recursos eletrônicos, como aparelhos de mp3 ou mp4 durante a atividade. Em

trecho do diário de campo do dia 17 de novembro de 2013, foi possível identificar esse fato por parte do grupo (PESQUISADOR, 17 de novembro de 2013):

Durante a realização de um exercício por parte de um usuário, algo que me chamou muito a atenção. Foi a maneira como ele, sentado sobre o aparelho ‘pressão de pernas’, conversava com outro usuário ‘Eu faço aqui todos os dias, de segunda a sexta, há um ano e meio’. Parecia estar relembrando um pouco da sua trajetória. O que ficou notável é que ele não parece sentir falta de artigos eletrônicos, como mp3 ou mp4 porque, durante a conversa, complementa: ‘É bom estar aqui observando a paisagem e o som do mar. Me sinto mais disposto’.

Conforme observamos pelos hábitos acima descritos, ainda se percebe uma ligação com o “passado”. Corroborando essa ligação, mesmo que se acompanhe o *boom* das interfaces digitais em nossas vidas, encontramos no MPC o uso frequente, por parte dos usuários, de relógios analógicos. Isso pode servir como um indicativo de que o tempo vivido naquele local não precisa ser cronometrado e trata-se de um tempo mais livre. Em trecho do diário de campo realizado no dia 10 de janeiro de 2014, foi possível identificar (PESQUISADOR, 10 de janeiro de 2014):

O uso do relógio analógico é uma marca presente no cotidiano dos usuários. Observa-se que a maioria dos idosos fazem uso desse artigo. Curiosamente, ao observar um dos usuários, ele nem mesmo chega a olhar para o relógio durante o tempo que passou pelo módulo e isso é um indicativo de que eles parecem não se importar com o tempo que permanecem em cada aparelho. Em alguns aparelhos passam cerca de 1min e em outros mais.

Complementando o exposto, dona Josefa relata: “Venho só. Prefiro vir aqui do que na academia tradicional, porque aqui estou mais livre. Não tenho a obrigação de fazer o que não quero. Além disso, não gosto de me sentir presa e venho fazer as atividades quando tenho disponibilidade sem pressa e de forma mais livre”.

Durante as observações, foi notável a diferença entre aqueles que se utilizam de materiais esportivos mais modernos e aqueles que usam materiais mais “confortáveis”. O conforto aqui diz respeito a tudo aquilo que se constitui em bem-estar não apenas material, mas também físico, promotor de uma sensação agradável diante da atividade. Para a maioria dos usuários, parece ser indiferente o fato de estarem ou não utilizando tênis ultramoderno, roupas com sistema de ventilação para expulsar o suor mais facilmente, monitores cardíacos para realizar suas atividades etc. As palavras de Francisca contribuem para esse entendimento: “Eu não me sinto confortável usando aquelas roupas justas [fazendo referência a roupas

utilizadas pelas mulheres para o desenvolvimento de exercícios]. Me sinto à vontade como estou”.

Viver e envelhecer são, assim, fenômenos imbuídos do estado sociopolítico cultural, econômico e tecnológico de uma sociedade. As sociedades atuais “definiram” novas possibilidades e limites para os idosos (DIAS, 2012). Com a introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação, modificou a forma de acesso e produção do conhecimento. O uso dessas tecnologias tornou-se condição de inclusão de todos os cidadãos. O paradigma da tecnologia da informação²² fornece as bases materiais para a expansão da sua penetrabilidade em toda a estrutura social, de tal modo que a presença ou ausência na rede são fatores críticos de inclusão ou exclusão, tal como sucede com a população idosa. Isso evidencia que a grande quantidade de informação produzida por esse modelo de sociedade tende a excluir boa parte da população idosa do acesso às novas tecnologias (DIAS, 2012), o que fica evidente na afirmação de Francisca: “[...] a gente não costuma utilizar essas coisas (aparelho pra música, relógio moderno e tal) porque a gente nem mesmo sabe como usar”. Destaca Dias (2012, p. 60) a respeito dos idosos:

Com efeito, esta é uma população que tem que aprender a ler a nova linguagem gerada pelas tecnologias da informação e da comunicação e a incorporá-la nas suas práticas sociais. Mas a predisposição para a aprendizagem não é indiferente às condições biológicas, sociais e psicológicas em que cada idoso se encontra (e.g., mobilidade/flexibilidade, capacidades cognitivas e sensoriais, de memória e atenção, etc.).

O paradigma da tecnologia da informação nos solicita ações imediatas. Isso se deve à necessidade direta e inevitável de usar sistemas e interfaces digitais para a efetivação de seus processos de produção, compra e venda, contatos e informação. A revolução digital que acompanha o paradigma da tecnologia da informação provocou mudanças profundas no modo como as pessoas se relacionam. O conjunto de expectativas que um consumidor tem hoje é

²² Um paradigma tecnológico é um agrupamento de inovações técnicas, organizacionais e administrativas inter-relacionadas cujas vantagens devem ser descobertas não apenas em uma nova gama de produtos e sistemas, mas sobretudo na dinâmica da estrutura dos custos relativos de todos os possíveis insumos para a produção. A mudança contemporânea de paradigma pode ser vista como uma transferência de uma tecnologia baseada principalmente em insumos baratos de energia para uma outra que se fundamenta predominantemente em insumos baratos de informação, derivados do avanço da tecnologia em microeletrônica e telecomunicações (FREEMAN, 1988).

bastante diverso de um consumidor da era analógica.²³ Objetos analógicos são de certa forma mais palpáveis que objetos digitais. Isso nos sugere que o uso mais acentuado de recursos analógicos por parte dos idosos é fruto tanto de uma maior aproximação com “objetos do seu tempo” quanto da dificuldade em manobrar recursos digitais.

O acesso à tecnologia muda o comportamento das pessoas. Novos valores vão sendo construídos, novas percepções vão sendo cristalizadas e novas atitudes acabam sendo incorporadas ao nosso dia a dia. Isso tudo implica novos paradigmas, novas necessidades, novas formas de avaliação e resposta por parte dos consumidores em relação aos apelos de compra, ao *marketing* e à postura comercial das empresas. O crescimento é irreversível e mostra sua força.

3.3 SOCIABILIDADE

Entendemos que as relações sociais são caracterizadas segundo as distintas competências em que se desenvolvem. Partindo da nossa conjuntura de análise sobre o MPC, tivemos a impressão, no início das observações, de estar diante de um local onde encontrávamos exclusivamente pessoas com interesse em desenvolver sua atividade física, visto que não nos era tão palpável enxergar as relações sociais que se estabeleciam ali. No entanto, com o passar do tempo e com nosso amadurecimento no campo, percebemos que alguns usuários aproveitam o espaço físico do módulo para fazer laços ou mesmo estreitar aqueles já existentes. Fatos que corroboram o descrito ficam evidentes quando, por exemplo, os usuários afirmam: “Eu faço aqui todos os dias, de segunda a sexta, há um ano e meio. Conheço muita gente aqui”; “É tão bom, né? Pena que eu não posso vir todo dia”. Isso denota um sentimento de pertencimento local, local este que acaba se transformando em lugar (MENDONÇA, 2007).

A cultura do nosso lócus de pesquisa possui distintos significados por estar diretamente ligada a situações da vida e da cultura dos distintos usuários do MPC, que, ao permanecerem em um determinado local (MPC), passam a se constituir como parte daquele “pedaço”, parcialmente alheios às suas regras, ou não, uma vez que eles mesmos constituem o seu cotidiano naquele “pedaço” (MAGNANI, 1984). Fato que corrobora essa afirmação pode

²³ A palavra analógico vem da palavra analogia, que significa fazer uma comparação, portanto chamamos de analógicos objetos que fazem uma analogia com coisas reais.

ser percebido no trecho do diário de campo do dia 5 de dezembro de 2013: “Sempre te vejo aí. Já eu estou marcando ponto toda tarde. Isso aqui é gostoso demais. Eu já estou aqui fazendo atividades (na orla) há 33 anos (se observa que é também um espaço de encontro). Após esse diálogo conversam sobre futebol” (PESQUISADOR, 5 de dezembro de 2013).

Os elementos básicos constitutivos do pedaço são um componente de ordem espacial a que corresponde uma determinada rede de relações sociais e um núcleo onde estão localizados alguns “serviços” como entretenimento, fazendo do pedaço ponto de encontro e passagem obrigatórios (MAGNANI, 1984). Segundo Magnani (1984, p. 138):

Enquanto o núcleo do ‘pedaço’ apresenta um contorno nítido, suas bordas são fluidas e não possuem uma delimitação territorial precisa. O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica [...].

Assim, as relações que são concretizadas naquele local envolvem pessoas de distintas faixas etárias, ainda que nosso foco de estudo sejam os idosos. Em trecho do diário de campo, do dia 12 de novembro de 2013, foi possível identificar a interação estabelecida entre um idoso e uma criança, que pareciam querer maximizar as tensões agradáveis²⁴ (SILVEIRA; STIGGER, 2007):

Em um momento de diversão, um idoso estimula uma criança (eles não se conheciam de outro local), criando uma espécie de tensão relaxante a competir com ela para ver quem consegue ficar mais tempo no aparelho ‘surf’. Naquele momento, percebia-se que o interesse do idoso era interagir com aquela criança e assim se sentir mais ‘em casa’. Depois foi possível perceber o quanto uma ação pode estreitar os laços de sociabilidade que originalmente não existiam fora da Appi, quando seu João, a partir da sua experiência, ajuda uma criança a se posicionar de forma adequada no aparelho (PESQUISADOR, 12 de novembro de 2013).

O que notamos com as observações e as entrevistas é que o movimento e a permanência de pessoas no ambiente é um indicativo da força de atração do módulo da praia, porque, além de gerar maior segurança aos presentes, o movimento de pessoas no calçadão e nos equipamentos faz com que os outros se interessem, como observa dona Joana: “[...] eu

²⁴ A partir das observações no campo, compreendemos que as atividades de lazer não necessariamente estão vinculadas ao relaxamento das tensões, mas da busca de tensões agradáveis. “Se as tensões devem ser avaliadas, pura e simplesmente, como perturbações das quais as próprias pessoas se procuram ver livres, porque é que no seu tempo de lazer elas voltam sempre a procurar uma intensificação das tensões?” (ELIAS; DUNNING, apud SILVEIRA; STIGGER, 2007, p. 184).

fico mais estimulada quando eu vejo outras pessoas praticando”. Para Neide, é gratificante porque “[...] você vê as pessoas”. Corroborando essa constatação, seu Jonival afirma que: “[...] quanto mais movimento melhor”.

Percebemos, também, numa menor proporção, que essa força de movimento que provoca atração tem um determinado limite e que, a partir daí, pode se configurar em uma força de repulsão. Esse limite é atingido quando o espaço está saturado de pessoas, de modo que ficar aí já não é mais agradável (RECHIA et al., 2012). Seu Augusto faz um destaque a respeito disso: “Não gosto de vir quando tem muita gente aqui. A gente fica sem possibilidade de realizar a atividade ou mesmo bater um papo”.

Esse movimento de pessoas, estimulante ou não, para aqueles que associam a ele o sentimento de segurança, ou mesmo para aqueles que não gostam de excesso de movimento, faz parte do MPC. Pessoas essas que foram se integrando ao espaço, constituindo uma dinâmica em que a sociabilidade nem sempre ocorreu, visto que identificamos no módulo da praia o encontro de estranhos (BAUMAN, 2001). Quando falamos em estranhos, referimo-nos ao fato de que – apesar de dividirem o mesmo local para desenvolver suas atividades – os usuários do módulo não se conhecem, em sua maioria, de outro lugar.

Tamanha é a situação de estranheza que as pessoas não sabem os nomes umas das outras, salvo algumas situações em especial: “Às vezes a gente encontra alguém que a gente já viu aqui, mas não saberia te dizer agora o nome” (LUIZA). Assim, de forma geral, o conhecimento que as pessoas têm umas das outras, naquele local, é bastante superficial. Sobre isso, deve ser esclarecido que foram identificadas diferentes formas de estar naquele espaço e fazer uso do módulo da praia.

Naquele contexto, há indivíduos que comparecem acompanhados e lá interagem, ou não, com outros estranhos. Diferentemente destes, alguns frequentam o local de forma sistemática, mas isoladamente, estabelecendo apenas o contato eventual por estar no mesmo local. Percebemos, também, os efetivamente estranhos, os quais, da mesma forma como surgem e fazem uso do módulo, desaparecem e nunca mais são vistos no local.

Por meio das entrevistas e das observações, podemos inferir que a grande rotatividade de usuários, marca de leveza e velocidade, constitui o MPC, para alguns, como um “não-lugar” (BAUMAN, 2001; AUGÉ, 2013), desencorajando a ideia de se estabelecer e se constituindo como um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de

identidade, enfraquecendo, assim, as referências coletivas e gerando um individualismo exacerbado. Segundo Augé (2013, p. 80-81):

[...] existem espaços onde o indivíduo se experimenta como espectador, sem que a natureza do espetáculo lhe importe realmente. Como se a posição do espectador constituísse o essencial do espetáculo, como se, definitivamente, o espectador, em posição de espectador, fosse para si mesmo seu próprio espetáculo.

Tal fenômeno pode ser percebido melhor quando pensamos na situação do viajante, cujo espaço praticado enquanto viaja seria “o arquétipo do não lugar” (AUGÉ, 2013 p. 81). A respeito do “não-lugar”, Bauman (2001, p. 119-120) afirma:

Eles aceitam a inevitabilidade de uma adiada passagem, às vezes muito longa, de estranhos, e fazem o que podem para que sua presença seja ‘meramente física’ e socialmente pouco diferente [...]. Os residentes temporários dos não-lugares são possivelmente diferentes, cada variedade com seus próprios hábitos e expectativas; e o truque é fazer com que isso seja irrelevante durante sua estadia [...]. O que quer que aconteça nesses ‘não-lugares’, todos devem sentir-se como se estivessem em casa, mas ninguém deve se comportar como se verdadeiramente em casa.

A partir da observação de que eles têm uma liberdade na sua forma de uso do local, outro aspecto também faz parte da forma de ali vivenciar as atividades. Naquele contexto, o direito de participação é, em grande medida, garantido, uma vez que – desde que haja vagas – ninguém é impedido de usar os aparelhos. Mesmo em casos de excesso de movimento (excesso de pessoas), essa lógica é mantida, conforme retrata o depoimento de Neide: “Às vezes já está cheio. Aí tem que esperar [...] mas a gente acaba fazendo”. Assim avaliamos que, independentemente de se reconhecerem relações entre estranhos, os usuários costumam respeitar o espaço que é comum a todos. Em geral, a disputa e o compartilhar do espaço é resolvido pela negociação. Para que os interesses dos distintos usuários sejam atendidos, são investidas ações, por parte deles, a fim de administrar as “carências” pelo aumento do acesso àquilo que eles buscam em determinado momento. Essa administração é posta em prática pela aproximação, ou mesmo imposição deles mesmos, em um “espaço” no momento ocupado por outro usuário, por exemplo, quando eles querem fazer uso de um determinado equipamento. Ela visa à criação de redes de comunicação entre os que integram aquele local. Os termos dessa negociação que, por vezes são diversos, podem, para uns usuários, ser almejados, por outros tolerados ou indesejados.

Até aqui demos como destaque especial a figura do idoso que é o nosso grupo – alvo da investigação; no entanto, é preciso proferir um destaque ao fato de o módulo da praia estar sendo densamente povoado por crianças e adolescentes que fazem uso daquele lugar como se tratasse de um *playground*. É constante a apropriação (MENDONÇA, 2007) realizada pelas crianças, o que acaba por atrapalhar, por vezes, o desenvolvimento das atividades dos usuários idosos que, em diversas situações, se põem a esperar a “brincadeira” das crianças.

Durante as observações, percebemos que, em muitas situações, algumas crianças “tomavam” o lugar dos usuários idosos para estabelecer seu circuito de brincadeiras. Algumas vezes essas mesmas crianças o faziam acompanhadas dos pais que, possivelmente, desconheciam que os aparelhos são de uso preferencial dos idosos. Fortalecendo isso, seu Cássio afirma: “[...] às vezes você quer fazer e tem criança fazendo”. Corroborando o afirmado por Cássio, Hélio indica que a presença constante de crianças, principalmente aos finais de semana, é uma razão de repulsividade com o espaço, porque elas acabam por gerar um excesso de movimento, inviabilizando a realização das atividades.

Figura 9 – Presença de crianças no módulo da praia



Fonte: A autoria do pesquisador.

Quanto ao exposto a respeito da não compreensão por parte dos usuários das atividades como uma obrigação, entendemos que o uso excessivo do módulo da praia por

crianças, resignificando o espaço destinado aos idosos, faz com que alguns o percebam de forma diferente. Dessa maneira, o espaço em questão se configuraria como um “Playground da Longevidade” (PRADO et al., 2010). A associação à ideia de recreação pode empreender certa desobrigação em estabelecer uma rotina de exercícios durante sua permanência no módulo.

Compreendemos que o espaço em questão, por ser público, dá possibilidade ao confronto no seu uso, não por vias da violência, e sim da liberdade do discurso, da expressão (GOMES, 2002). Portanto, entendemos que, enquanto para alguns usuários o MPC se configura como um lugar intencional de encontro, onde se vai para intensificar laços sociais ou mesmo realizar suas atividades corporais, para outros (desconhecidos), ele atende a uma demanda diversa se constituindo como um espaço acidental (RECHIA; FRANÇA, 2006).

3.4 RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO

“É preciso que eles se atentem à manutenção dos aparelhos. A gente até comunica sobre a situação, mas não podemos fazer mais que isso”. Esse foi o relato de Joana a respeito da manutenção dos equipamentos do módulo da praia. Por se tratar de um módulo instalado no calçadão da praia, está sujeito à ação da maresia e, por vezes, fica evidente a necessidade de reparo na sua estrutura física. A disponibilidade de desenvolverem suas atividades em um “grande passeio à beira-mar” – calçadão – faz com que eles se sintam menos desconfortáveis com a situação, como se observa quando a mesma dona Joana diz: “Ainda bem que podemos fazer nossa caminhada”. Com todas as possibilidades que o calçadão oferece, o módulo da praia, para alguns usuários, parece ser apenas mais um espaço para onde ir, principalmente para os “desconhecidos”.²⁵

No entanto, diante da falta de manutenção dos aparelhos, alguns usuários se mostram desconfortáveis porque gostam das relações estabelecidas ali e da interação criada com aquele lugar. Com esse exemplo, buscamos mostrar como as forças sociais (RECHIA et al., 2012) influem na apropriação (no caso citado, a estrutura do módulo impulsionou a apropriação dos usuários) no sentido de que o usuário pode materializar seu sentimento de pertencimento ao avisar a instância responsável pela manutenção do espaço a situação encontrada ali. Essa

²⁵ Uma explicação mais aprofundada sobre esse grupo de usuários será feita mais adiante.

circunstância se reflete, sobretudo, na assiduidade dos usuários, como pode ser observado no trecho do diário de campo do dia 8 de janeiro de 2014:

Nota-se que a quebra de um aparelho causou um desconforto tremendo nos usuários. O eixo do aparelho ‘remada sentada’ partiu e com isso as atividades naquele equipamento tiveram que ser suspensas. Isso acabou gerando certo desconforto nos usuários porque é um dos aparelhos mais utilizados por eles. Os relatos de três usuários confirmam o que apresento neste diário: ‘Assim fica difícil de a gente conseguir fazer os exercícios’; ‘Eles precisam fazer a manutenção dos aparelhos’; ‘Acredito que isso seja uma ação de vândalos e nos atrapalha muito’.

Como resultado desse acontecimento, providências foram tomadas pelos próprios usuários a fim de que a informação chegasse mais rapidamente à instância responsável pela manutenção dos módulos da Appi, com o objetivo de sanar logo aquilo que lhes causava descontentamento.

Assim como outros fatores, a harmonia das formas e/ou cores dos equipamentos podem fazer os usuários se sentirem parte daquele local e do ambiente no qual se encontram. Dessa maneira, entendemos que a harmonia das formas funciona como uma força social atuante no módulo da praia, que pode ou não criar sentimentos positivos em seus usuários. Percebemos, nas observações e entrevistas, que a apropriação é influenciada pela beleza, manutenção e limpeza do lugar, fazendo-os se sentirem mais próximos.

Corroborando o exposto a respeito da harmonia das formas da Academia da Terceira Idade instalada no Parque Cachoeira, Rechia et al. (2012, p. 97) afirmam que, em

[...] se tratando de um equipamento novo, composto por equipamentos de musculação que, nas cores vermelho e azul, é esteticamente bonito, promove a interação do usuário com o equipamento visto que ele é articulado, proporcionando diversas possibilidades de movimento. Em contraste com outra área de ginástica de modelo tradicional, este equipamento se apresenta melhor esteticamente.

Rechia et al. (2012, p. 98-99) continuam suas constatações referentes aos equipamentos da ATI:

As principais diferenças entre esses dois equipamentos de semelhante objetivo são a cor, o movimento dos aparelhos, a novidade, a localização dentro do parque, os quais estimulam muito mais os sentidos que a área de ginástica com sua forma estática, sem cor, sem movimento e a localidade que, apesar de estar próximo, parece ficar fora da área de mais movimento do parque que possui.

Para tornar mais clara a comparação estabelecida entre aquilo que Rechia et al. (2012) constataram na investigação empreendida no Parque Cachoeira e aquilo que acompanhamos no dia a dia do Módulo da Praia de Camburi, Josefa afirma: “Pra quem não gosta de ficar na academia tradicional, eu gostei muito. Aqui é mais bonito”.

Nesse sentido, de acordo com todos aqueles que foram entrevistados, quando indagados sobre os pontos positivos do MPC, disseram que está ligado ao fato de o módulo permitir que eles se mantivessem fisicamente ativos e também pelo fato de o MPC estar localizado no calçadão da praia. Ainda assim, segundo esses mesmos entrevistados, o módulo deveria receber mais "cuidados", isto é, receber mais manutenção e melhorias constantes por parte da equipe gestora responsável.

É por isso que a existência de uma certa “rotina” expressa a preocupação daqueles que se sentem parte daquele lugar. Na realidade, é com o passar do tempo que o processo de inserção acontece, por meio da construção de uma relação com os outros usuários e com o ambiente. Isso ocorre pela incorporação de certas atitudes comuns aos usuários, rotina de exercícios, pela observação do contexto, marca comportamental daqueles que ali estão. Desses aspectos, a assiduidade aparece como um comportamento central no que se refere à preocupação com o “lugar”. Aqueles que se sentem em “casa” e utilizam o espaço do módulo da praia com certa frequência estabelecem maior interação e preocupação com o lócus de sua prática. As palavras de Maria expressam o que foi apresentado: “[...] eu faço uso do módulo da praia tem muito tempo e venho cinco vezes na semana”.

Com a rotina de observações, percebemos que alguns usuários parecem estar bastante “familiarizados” com a academia, enquanto outros se encontram meio “perdidos”, sem saber por onde começar. Os que podemos considerar como “familiarizados” chegam e se dirigem diretamente aos aparelhos, iniciando o exercício sem maiores complicações. Os “perdidos” ficavam observando os aparelhos, como se procurassem algum manual ou ajuda, iniciando apenas quando alguém tentava explicar, mesmo de longe. Durante a observação, foi recorrente a ação de alguns solícitos à situação dos “perdidos” que logo se prontificam a explicar de que forma usá-lo. Como exemplo, podemos destacar o fato de o Sr. Miguel indicar para uma usuária como os pés devem estar posicionados durante a realização do exercício “remada sentada”.

Após um contato mais significativo com o espaço, transformando esse em lugar, observamos que os usuários passam a adaptar o aparelho à sua realidade específica. Alguns,

por exemplo, ao utilizarem o aparelho “pressão de pernas” de forma unilateral, adaptam o equipamento à sua realidade, como podemos observar pela fala de Gilson: “Eu faço esse equipamento com uma perna só porque não sentia mais esforço utilizando as duas”.

Com isso se notou que são distintos os motivos que fazem os usuários se aproximarem do módulo, dentre eles: “preocupação com a saúde”; “saída do ambiente doméstico”; “estreitar relacionamentos interpessoais”, que se referem tanto à busca de novas relações sociais quanto ao estímulo da participação em virtude de uma relação preexistente ou de um convite; “acompanhar alguém” etc.

Podemos destacar que a maior parte dos entrevistados relatou que se aproxima do MPC por acreditarem que o programa Appi os ajudaria a se manter mais ativos e mais dispostos no dia a dia. Josefa, em dado momento da entrevista, relata que o que torna o lugar para ela atrativo é o fato de ele possibilitar “melhorar a saúde”. Complementando o exposto, Cássio diz que apesar de ter começado a desenvolver suas atividades no módulo da praia por problemas relativos à saúde, “[...] viria de qualquer jeito”. Segundo Fernandes e Siqueira (2010, p. 376):

Discursos e práticas guiados por tal orientação passam a ser dirigidos especificamente para a população idosa durante as últimas décadas [...]. Dentre as ‘diretrizes essenciais’ norteadoras das ações no setor saúde, ganha relevância, no âmbito da promoção do envelhecimento saudável, o desenvolvimento daquelas que orientam os(as) idosos(as) e as pessoas em processo de envelhecimento sobre a importância da adoção precoce de hábitos saudáveis de vida para a melhoria de suas habilidades funcionais.

Ações como as do programa Appi são instituídas a partir da implementação do conceito de “envelhecimento ativo”.²⁶ Esta proposta teve como objetivo focalizar a mudança de abordagem em relação ao envelhecimento, que anteriormente era visto como momento associado ao patológico. Ainda segundo Fernandes e Siqueira (2010, p. 378):

Nos discursos oficiais, em que a condição de ser idoso é igualada a um estado de fragilidade orgânica e a correr risco de adoecer, individualiza-se o(a) idoso(a) como aquele(a) que não é capaz, que precisa ser cercado(a) de cuidados, de atenção

²⁶ A partir do final da década de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) instituiu a implementação do conceito de “envelhecimento ativo”, significando incluir, no atendimento à pessoa idosa, além dos cuidados com a saúde, ações públicas que promovam “[...] modos de viver mais saudáveis e seguros em todas as etapas da vida”, visando ao alcance de um envelhecimento mais saudável e com maior qualidade de vida”.

especial. A ele(a) são oferecidas oportunidades – sobretudo de atividades físicas – e sobre ele(a) recai a responsabilidade de a elas aderir para ser saudável. Tais entendimentos sobre o(a) idoso(a) reafirmam os discursos epidemiológicos da saúde, nos quais o risco assume o lugar de predizer e de legitimar as medidas de prevenção em saúde.

Atualmente recai sobre o idoso um sem-número de regras prescritivas geradoras de “autodisciplina” e normas de comportamento, buscando, por fim, uma “boa saúde”. Essas “promessas” não levam em conta as injunções sociopolíticas, culturais e econômicas muitas vezes trazendo dor e angústias (saúde persecutória).

Diante das falas dos usuários, percebemos que ser um idoso saudável deixou de significar um modo simbólico pelo qual se buscava alcançar o bem-estar e tornou-se um dos objetivos da existência. Estratégias de educação em saúde e promoção da saúde que enfatizam mudanças de comportamentos podem representar contribuições ímpares para tal, porque envolvem disciplina e normas de conduta que têm por objetivo promover uma “boa saúde” e interferir nas escolhas individuais, informando sobre como alcançar os estilos de vida saudáveis.

Observados do banco e sem a devida atenção, talvez pouco se pudesse identificar daquilo que – na maneira como escolheram usar o módulo da praia – se caracteriza como uma realidade particular voltada para a exercitação corporal. A prática que se estabelece ali, na “academia”, aparece como muitas outras, apenas adaptada à especificidade de ser ao ar livre e com equipamentos diferenciados. Porém um olhar mais atento tornou possível compreender como eles adaptaram aquele espaço a um lugar.

Ainda que os usuários reproduzam os discursos do gestor público (quando, por exemplo, afirmam buscar um envelhecimento mais saudável), eles rompem com algumas práticas e preceitos preestabelecidos, dando ênfase ao cultivo das potencialidades individuais, ficando mais evidente quando eles se apropriam do lugar de forma diferente da proposta.

Ainda que haja a configuração de um local onde a sociabilidade tem vez, muitos usuários se caracterizam pelo anonimato (STIGGER, 2002) e, como tal, fazem suas atividades sem desenvolver interação com os outros usuários. Passam pelo módulo sem considerá-lo como um “lugar” (RECHIA; FRANÇA, 2006), constituindo-se como estranhos (BAUMAN, 2001) e como um espaço que permanece aberto e que convida à ação (TUAN, apud RECHIA et al., 2006).

3.5 AUTONOMIA

Foi-se o tempo em que pessoas idosas se sentiam confortáveis em estar sob a supervisão de outras pessoas. As transformações ocorridas em decorrência da mudança gerada no processo de envelhecer têm ocasionado alguns embates, visto que esse processo de envelhecer agrega todos os (pré)conceitos embutidos pelo imaginário social (OLIVEIRA; ALVES, 2010). “Venho só. Eu ando sozinha. Moro sozinha”, essa foi uma frase proferida por Josefa, relatando um pouco da sua autonomia no dia a dia. A respeito disso, Gandolpho e Ferrari (2006, p. 399) afirmam:

Quando tratamos do envelhecimento humano observamos a existência de lacuna conceitual para o termo autonomia [...]. Na verdade, denominamos pessoa autônoma aquela que, independentemente da idade, toma decisões livremente, escolhe entre alternativas a ela apresentadas.

Para ilustrar a importância do exposto, dona Josefa diz não sentir falta de orientação de professores no módulo da praia, porque gosta de se sentir livre para fazer as atividades que ela identifica como potencializadoras da sua condição de saúde. Ela nos relata que já frequentou academia de ginástica tradicional e aulas de hidroginástica, mas prefere o desenvolvimento das atividades no módulo da Appi porque se sente com mais autonomia. No entanto, isso não foi uma unanimidade, visto que, para os outros entrevistados, seria bom ter o acompanhamento de profissionais durante a realização dos exercícios. Em trecho de entrevista, dona Neide torna isso mais claro: “[...] alguns exercícios eu faço porque eu tive orientação de um professor, só que tem dia que eu faço uns exercícios e fico toda dolorida. Eu sinto falta de profissionais aqui”.

A respeito da falta de profissionais acompanhando o desenvolvimento das atividades no módulo da praia, os usuários afirmam: “[...] sim. Eu sinto” (CÁSSIO); “Sim. Com certeza. Muitas pessoas fazem exercício errado” (JONIVAL); “Eles deveriam colocar um professor aqui. A gente não sabe de tudo” (MARIA). Essa “liberdade”, na opinião dos usuários, deveria vir acompanhada de um suporte profissional, o que não verificamos no MPC. Isso é contrário ao estabelecido pela norma que institui a criação do programa (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a).

O processo de exercitação dentro da Appi é uma atividade supervalorizada, como verificamos nos discursos dos usuários, efetuando um estreitamento de noções, como

qualidade de vida e autonomia, preconizadas pela política que institui a criação do programa Appi.

Os relatos das usuárias demonstram formas distintas de se praticar o exercício. Uma usuária prefere o acompanhamento de um professor e outra gosta de fazer seu exercício de forma independente, mas ambas buscam autonomia nas suas decisões, quando afirmam que se sentem mais livres para decidir que caminho tomar a respeito da rotina de treino.

É notório o quanto os usuários se sentem estimulados quando estão no MPC desenvolvendo suas atividades de forma livre, sem as “amarras” das rotinas de treinamento tradicionais das academias de ginástica. Essa sensação pode ser fruto da rotina do dia a dia, quando eles sofrem com as imposições, como descreve uma usuária em conversa informal: “[...] eu sinto que eles, meus filhos, acham que eu não consigo fazer as coisas direito. Sempre fiz tudo e agora eles insistem em ficar me rondando como se eu precisasse disso”. Dessa forma, eles parecem se sentir mais realizados por terem participação nas decisões relativas ao desenvolvimento de suas atividades no Módulo da Praia de Camburi.

Compreendemos que as distintas formas de se apropriar do módulo da praia, estabelecendo uma espécie de rompimento, ainda que parcial, com uma ordem previamente estabelecida,²⁷ ao mesmo tempo em que promove certa autonomia pessoal, implica maior responsabilização individual. Na sociedade, estamos cercados de informação em que o usuário se sente obrigado a viver realizando escolhas contínuas, com a possibilidade de “carregar” a culpa por eventuais erros nas escolhas.

Portanto, esse processo de se sentir “livre” significa sentir-se sem restrições para agir conforme os desejos. Os padrões de comportamento saudável instituídos pela figura do gestor público (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a) fazem com que os usuários sejam “conduzidos” a adotar comportamentos benéficos a sua saúde. O indivíduo se caracteriza por ser, ele mesmo, gestor da sua própria vida, baseado em expectativas, aspirações, interesses e

²⁷ A ordem previamente estabelecida se trata dos objetivos instituídos pela Prefeitura Municipal de Vitória, dentre os quais, “[...] proporcionar à população idosa a prática de atividade física orientada, em ambiente seguro, de forma sistematizada estimulando a promoção da saúde e o convívio social; estimular a incorporação da prática de atividade física no cotidiano da população idosa ampliando sua capacidade funcional; influenciar na redução do uso de medicamentos utilizados para os cuidados com a saúde e ampliar a oferta de instrumentos utilizados pelos profissionais de saúde para atendimento à pessoa idosa” (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a).

valores. Assim pode tanto seguir as normas instituídas pelo programa (mediante lei que cria a Appi) como seguir seu próprio “curso de vida”.²⁸

Esse sentimento de “liberdade”, vivido pelos usuários do Módulo da Praia de Camburi, pode ter dois significados: pode ser visto como um caminho infundável de oportunidades, desejos, realizações a serem perseguidos continuamente; ou pode significar a mudança da desregulamentação e a privatização das tarefas e deveres, ou seja, a tarefa que comumente é apropriada ao coletivo, simbolizado na figura da sociedade, sofre uma fragmentação e incide sobre o indivíduo. A responsabilidade mais uma vez recai sobre o indivíduo que escolhe que caminho trilhar e o modelo a ser seguido, ao invés de seguir normas preestabelecidas por governos ou líderes impostos (BAUMAN, 2001).

3.6 DESCONHECIDOS

Não foram poucas as vezes que identificamos passantes. São pessoas, aqui denominadas desconhecidos, que chegam de forma anônima (STIGGER, 2002) ao módulo da praia, com interesse de fazer uso dos equipamentos, mesmo de forma pontual. Alguns frequentam o local com pouca regularidade, mas sem necessariamente estabelecer uma maior interação com o espaço lócus de nossa pesquisa. Como praticam suas atividades em um local público, cujo espaço deve ser compartilhado, e por vezes disputado, e também por provavelmente desconhecerem o funcionamento da Appi, eles se sentem acuados em utilizar o módulo de forma frequente, como relata Dolores: “[...] eu quase não venho aqui. Nem sei se preciso fazer cadastro para usar os aparelhos”. Ainda que se observe a pouca regularidade no uso do espaço, constatamos que os “desconhecidos” desenvolvem um interesse vinculado à prática corporal/atividade física.

Contrariamente aos usuários que mantêm uma interação com o lugar e mesmo com as pessoas que o frequentam, os desconhecidos não têm uma origem localizável naquele lugar, ou seja, “não sabem” necessariamente como e quando chegaram ali.

Os nossos contatos com esses usuários aconteceram a distância, porque era difícil estabelecer um diálogo, visto que os víamos uma única vez ou pouquíssimas vezes, ainda que

²⁸ Ainda que não tenhamos foco nesse processo de responsabilização individual sobre as atitudes particulares, é preciso que compreendamos a individualização como uma atividade incessante e diária que muda seu significado constantemente, assumindo novas formas. A individualização consiste em transformar a identidade humana de um dado em uma tarefa, encarregando os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências de sua realização (BAUMAN, 2001).

a nossa frequência no módulo da praia ocorresse sempre no mesmo horário. Em entrevista, Augusto relata que: “[...] por coincidência você me encontrou aqui hoje. Eu nunca sei quando venho, apesar de gostar”.

Parte desse grupo de desconhecidos é composta por turistas que frequentam a Praia de Camburi ou mesmo o calçadão da praia e, por curiosidade, eles se põem a observar e, algumas vezes, utilizam dos equipamentos do MPC.²⁹

Diante da heterogeneidade desse grupo de usuários, os desconhecidos têm também características diferenciadas, existindo aqueles que, por terem mais disponibilidade de tempo, frequentam o local em horários diversos; aqueles que, por serem turistas, não conseguem estabelecer vínculo com o espaço; e há ainda aqueles que, por razões outras, nunca sabem quando poderão comparecer ao MPC.

Assim, de uma maneira mais geral, o conhecimento que as pessoas têm umas das outras, no espaço do módulo da praia, é superficial. Os desconhecidos dificilmente interagem com os frequentadores mais assíduos porque, ainda que tentem manter um tipo de frequência regular, eles não conseguem. Pelas observações, pôde ser identificado que a grande rotatividade de usuários é uma marca do módulo da praia, provavelmente por se situar no calçadão da Praia de Camburi, um dos principais redutos do lazer da cidade de Vitória.

Apesar de tentarem manter um tipo de frequência mais regular, os *desconhecidos* não têm conseguido se afastar muito da lógica do anonimato, já que as suas atividades acontecem de forma bem imprevisível. Na realidade, a observação de campo mostrou que o retorno dos *desconhecidos* se dá de forma irregular, sendo difícil prever se eles vão retomar suas atividades no MPC. Talvez por esse motivo, quase sempre eram vistos novos elementos participando do dia a dia do módulo.

A rotatividade presente no MPC fica evidente pelo fato de não haver uma exigência de compromisso com relação à atividade desenvolvida ali. Existe uma grande flexibilidade na forma de participar do dia a dia do Módulo da Praia de Camburi, sobretudo porque se trata de um local sem catracas, fazendo com que os *desconhecidos* não se sintam intimidados em fazer parte, mesmo que raras vezes, daquele local. Tomando por base que falamos de um local ao ar livre e sem catracas, ou seja, um local aberto, esse espaço convida à ação, como afirmam Rechia e França (2006, p. 67):

²⁹ Chegamos a essa conclusão após conversas informais com alguns desses “desconhecidos”, após a visualização de conversas entre eles ou mesmo depois da observação do “sotaque” diferenciado dos capixabas.

O que chama a atenção no meio urbano é a estreita vinculação entre os lugares abertos e as práticas corporais lúdicas, em que o lazer vivenciado diferencia-se, de certa forma, da perspectiva consumista, circunstancial, funcional, em que o mero entretenimento satisfaz temporariamente as necessidades humanas gerando muitas outras, por meio do consumo de mercadorias.

Todos esses modos de se apropriar do espaço/lugar, expressando características peculiares, fazem parte desse ambiente de estudo e são, portanto, elementos constitutivos dos sentidos que representam para cada um dos usuários (STIGGER, 2002). Isso torna evidente que são feitos diferentes usos da prática corporal/atividade física, muitas vezes opostos àqueles cujo o sentido social dominante lhe atribui (BOURDIEU, 1990).

É, então, com esses personagens e com a dinâmica de uso aqui sintetizada que o módulo da praia tem se constituído como um espaço destinado ao desenvolvimento da atividade física, mas que, diante das apropriações que são empreendidas pelos usuários, mantém a sua forma particular de uso do espaço pelos frequentadores. Ao serem captadas no processo investigativo e inseridas num conjunto inteligível e coerente de significados, foram essas expressões, comportamentos e atitudes, apresentadas aqui que ofereceram os elementos permitindo a compreensão do universo do módulo da praia. Conforme o descrito, são esses aspectos que, juntos, permitem identificar esse contexto cultural.

Dessa forma, expressando-se por afirmações e atitudes, algumas vezes próximas, outras bem distanciadas e até mesmo paradoxais, os usuários do módulo da praia apresentaram aspectos presentes em suas maneiras de fazer uso daquele local.

Essas formas de se expressar foram também utilizadas quando se estabeleceu um paralelo entre a atividade que desenvolviam ali com outras que conhecem, dentre elas aquela praticada nas academias de ginástica.

Dessa maneira, todos esses modos que os usuários utilizaram para expressar as suas identidades fazem parte do ambiente – módulo da praia – e são elementos constitutivos dos sentidos que representam para cada um daqueles que foram essenciais para a realização da pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das situações vivenciadas, conforme sintetizado nas páginas anteriores, buscamos compreender os usos e apropriações do Módulo da Praia de Camburi por parte dos usuários idosos. Isso foi desenvolvido a partir da maneira como nós enxergamos o campo, de acordo com situações vivenciais na pesquisa de campo e com aquilo que foi dito pelos usuários do MPC, em consonância com a literatura sobre a temática.

Essa opção permitiu-nos dialogar com os distintos trabalhos que tratam das ATIs/Appis, o que dá margem ao “confronto” com as formulações teóricas a respeito dos usos e apropriações dos espaços públicos.

Dessa forma, a partir das interpretações dos usos e apropriações, por parte dos usuários, vivenciadas no campo, fizemos considerações mais profundas sobre como os usuários do MPC compreendem esse local.

No entanto, entendemos que nossa interpretação não dá conta de apreender todos os elementos constituintes do nosso lócus de pesquisa. Segundo Augé (2013, p. 47), “[...] se o etnólogo fica evidentemente tentado a identificar aqueles que estudam com a paisagem onde os descobre e o espaço que eles informaram, não ignora mais do que eles as vicissitudes de sua história, sua mobilidade [...]”.

Com base nessas interpretações, podemos afirmar que o universo em questão não é homogêneo; ao contrário, é muito heterogêneo. Isso se deve ao fato de esse espaço estar “povoado” por pessoas diferentes nos seus interesses e motivações com relação ao programa estudado, na medida em que é frequentado por pessoas vindas de contextos culturais diversos. Associado a isso se tem o confronto entre aquilo que é difundido como premissa para o programa em questão (estilo de vida mais ativo para a população idosa) e os interesses dos usuários do programa, que são diversos e atendem a diferentes necessidades e desejos.

Isso está evidente nas análises e interpretações referidas no capítulo anterior, que evidenciaram “conflitos” no interior do MPC, especificamente relacionados com as diferentes apropriações que os usuários fazem daquele local (como exemplo disso, podemos citar um usuário que, ao se sentir mais “em casa”, desenvolve suas atividades descalço; outro que faz uso do módulo quando vai para o calçadão praticar sua caminhada ou mesmo outro que, ao visitar a Praia de Camburi, resolve “passar” pelo módulo e fazer alguns exercícios).

Parece-nos que aquilo que é visto por quem está “de fora”, acerca da maneira como cada um estabelece seu uso e apropriação, é resultado das experiências vivenciais, mas também de negociações no dia a dia do MPC estabelecidas entre os usuários. Assim, num processo de disputa entre os diferentes estímulos pessoais acerca do bom uso do módulo da Appi pesquisado, os usuários compreendem a necessidade de negociar o uso do local em questão, sendo, portanto, necessário “falar” as diversas línguas, com o devido respeito às distintas identidades. No que se refere aos resultados, os usuários entrevistados aproximam-se, na medida em que – mesmo com diferenças entre si – a maioria deles desenvolve suas atividades encaradas como um meio para o atendimento de determinado objetivo. É possível, porém, pressupor que esse resultado não é absoluto, visto que muitos usuários com os quais não tivemos contato mais próximo podem não ter objetivos tão claros quanto seus usos e apropriações; uma parte deles está lá de passagem, sem o interesse de estabelecer qualquer tipo de relação com o MPC.

Os principais resultados obtidos a partir da investigação do que influencia a atratividade e o uso do espaço público do MPC apresentamos a seguir:

A) Localização e estrutura

- A reputação do lugar é determinante para que os usuários se sintam mais “seguros” para circular livremente no módulo.
- O fato de o MPC estar localizado no calçadão da Praia de Camburi, ser ao ar livre e ter interação direta com a natureza evidenciou-se importante para a atratividade, contribuindo de forma positiva para a apropriação dos distintos usuários.
- A existência de bancos para sentar foi atrator na medida em que permitiu que os usuários tivessem momentos de relaxamento e descanso após suas atividades.
- A estrutura/localização se configura como uma força social tendo grande influência sobre a apropriação do MPC.
- A falta de manutenção ou mesmo a demora na realização de manutenção por parte do órgão responsável afetam negativamente a satisfação dos usuários, mas não são tão significativas em relação à intensidade de uso.
- A falta de adequação, no que diz respeito à acessibilidade, diminui a intensidade de uso, mas não o impede, quando existe alguma necessidade mais relevante a ser satisfeita.

- A existência de grande diversidade de equipamentos presentes no entorno do Módulo da Praia de Camburi, como residências e escritórios, influencia a intensidade de uso do MPC, visto que facilita o acesso dos usuários (RECHIA et al., 2012).

B) Artigos tecnológicos

- O acompanhamento do campo nos deu fortes indicativos de que a maior parte dos usuários observados não faz uso de materiais esportivos mais modernos, como monitores cardíacos, aparelhos de mp3/mp4 ou mesmo tênis e roupas esportivas.
- A observação da paisagem, o som emitido pelo quebrar das ondas e pelo balanço das árvores contribuem para maior atratividade e podem ser um indicativo da não utilização de recursos eletrônicos, como aparelhos de mp3 ou mp4 durante a atividade.

C) Sociabilidade

- O MPC pode se constituir como um “pedaço” caracterizado por uma rede de relações sociais e um núcleo onde estão localizados alguns “serviços”, como entretenimento, fazendo do pedaço ponto de encontro e passagem obrigatórios.
- O movimento de pessoas se confirma como um atrator. Os usuários se sentem estimulados ao visualizarem outras pessoas fazendo atividades no módulo; no entanto, o limite é atingido quando o espaço está saturado de pessoas, de modo que ficar lá já não é agradável.
- No MPC algumas pessoas apresentam uma forma de sociabilidade a partir do espaço/lugar (RECHIA; FRANÇA, 2006) que se caracteriza pelas relações sociais desenvolvidas com base no espaço em questão.
- No MPC percebemos uma grande concentração de “estranhos” (BAUMAN, 2001) – apesar de os usuários dividirem o mesmo local, na sua maioria, eles não se conhecem.
- Podemos inferir que, para alguns usuários, o MPC se configura como um lugar intencional de encontro (RECHIA; FRANÇA, 2006).
- Em geral, a disputa e o compartilhar do espaço é resolvido pela negociação;

D) Relações de pertencimento

- A ideia de pertencimento local motivou os usuários a tomarem atitudes com relação à manutenção do espaço a fim de que os problemas fossem sanados.

- A imagem negativa que os usuários têm atrelada ao MPC pode ser revertida a partir de requalificações do espaço e demais intervenções que promovam melhorias.
- Para alguns usuários que não mantêm qualquer relação de pertencimento com o espaço em questão, o MPC parece ser apenas mais um espaço para onde ir.
- A harmonia das formas funciona como uma força social atuante no módulo da praia, que pode ou não criar sentimentos positivos em seus usuários.
- São distintos os motivos que fazem os usuários permanecerem no módulo, dentre eles: “preocupação com a saúde”; “saída do ambiente doméstico”; “estreitar relacionamentos interpessoais”; “acompanhar alguém” etc.
- Quando os usuários estabelecem um contato mais significativo com o espaço, transformando-o em lugar, observa-se que eles passam a adaptar os equipamentos à sua realidade específica (reapropriação).

E) Autonomia

- Ainda que busquem liberdade, os usuários não são unânimes com relação ao suporte de um profissional de Educação Física no MPC. Alguns gostariam de ter acompanhamento e outros não.
- Os usuários parecem se sentir mais realizados por terem participação nas decisões relativas ao desenvolvimento de suas atividades no MPC em contraposição às atividades desenvolvidas em centros tradicionais como Academias de Ginástica.

F) Desconhecidos

- Os desconhecidos (STIGGER, 2002) frequentam o local com menor regularidade. A ausência de aspectos que os identifiquem como parte do local torna mais difícil estabelecer uma análise mais profunda a respeito desses usuários.
- Liberdade e imprevisibilidade são algumas de suas particularidades.
- Pelas observações, pôde ser identificado que a grande rotatividade de usuários é uma marca do módulo da praia.

Essas considerações chamam a atenção para o fato de que nosso objetivo não foi generalizar o que encontramos no campo, sobretudo por se tratar de um universo tão peculiar. Acreditamos que esta investigação demonstra a dificuldade que enfrentam os pesquisadores que tentam descrever e interpretar uma realidade tão diversa como a apresentada no MPC que,

diferentemente de outros espaços, não se constitui em um grupo fechado e, portanto, torna o empreendimento mais desafiador. Obviamente, não é possível ser “exato” naquilo que pretendemos observar e nosso estudo trouxe algumas evidências das dificuldades encontradas, pois, por mais que sustentássemos nosso estudo com base na literatura, outras vezes os achados pareciam contrapor essa base teórica.

Assim, todos os modos que foram observados e ouvidos fazem parte daquele ambiente e são elementos que constituem o Módulo da Praia de Camburi. Faz-se necessário ressaltar que, ao serem captadas no processo investigativo e inseridas em um conjunto de significados, foram os comportamentos, as expressões e as falas que ofereceram os elementos que permitiram a compreensão desse universo. Exemplos como estes levam a concluir que, mesmo dentro de um único universo destinado à prática de atividade física (MPC), podem estar presentes indivíduos que associam a prática desenvolvida ali a significados diferenciados.

Destacamos a importância desta investigação, sobretudo no entendimento de que as variáveis: estrutura e localização, artigos tecnológicos, sociabilidade, relações de pertencimento e autonomia influenciam os usos e apropriações do MPC. Apesar das dificuldades apresentadas, nossa investigação pode auxiliar no entendimento do significado que esse tipo de programa tem para o usuário, constituindo-se, a partir dos distintos elementos apresentados, como uma possibilidade para outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, P. C. **Corpo, saúde e práticas corporais na meia idade**: análises a partir da produção acadêmica em educação física. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.
- AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 2013.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENEDETTI, T. R. B. et al. Programa “Vamos” (Vida Ativa Melhorando a Saúde): da concepção aos primeiros resultados. **Revista Brasileira Cineantropometria Desempenho Humano**, v. 14, n. 6, p. 723-737, 2012.
- BERCUÓ, E.; CAVENAGUI, S. Fecundidade em declínio, breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Revista Novos Estudos**, Cebrap, São Paulo 2006.
- BOURDIEU, P. Programa para uma sociologia do esporte. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, p. 207-220, 1990.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF 1994.
- BRASIL. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- BRASIL. **Politicamente correto & direitos humanos**. 2004. Disponível em: <http://www.awmueller.com/deposito/politicamente_correto.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2013.
- BRASIL. **Unidades Básicas de Saúde**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/saude/atendimento/unidades-basicas-de-saude>>. Acesso em: 24 de jul. 2013.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA-ES. **Leis que garantem direitos de idosos**. 2014. Disponível em: <http://www3.cmv.es.gov.br/noticia.aspx?id=4679>. Acesso em: 14 abr. 2014.
- CASTIGLIONI, A. H. **Envelhecimento da População em Vitória, Espírito Santo (Brasil)**. Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008.

COHEN, R.; DUARTE, C. R. S. Acessibilidade como fator de construção do lugar. In: ORNSTEIN, S. W.; PRADO, A. R. A.; LOPES, M. E. (Org.). **Desenho universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 81-94.

DEBERT, G. G.; GOLDSTEIN, D. M. (Org.). **Políticas do corpo e o curso da vida**. São Paulo: Sumaré, 2000.

DIAS, I. O uso das tecnologias digitais entre os seniores: Motivações e interesses. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 68, p. 51-77, 2012.

DOMINGUES, J. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 14, n. 1, p. 67-89, 2002.

ESTEVES, J. V. D. C.; ANDREATO, L. V.; MORAES, S. M. F.; PRATI, A. R. C. Estilo de vida de praticantes de atividades físicas em academias da terceira idade de Maringá - PR. **Conexões**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 119-129, jan./abr. 2010.

ESTEVES, J. V. D. C.; ANDREATO, L. V.; PASTÓRIO, J. J.; VERSUTI, K. B.; ALMEIDA, H. C.; MORAES, S. M. F. O uso de academias da terceira idade por idosos modifica parâmetros morfofuncionais? **Acta Scientiarum. Health Sciences**, Maringá, v. 34, n. 1, p. 31-38, jan./Jun., 2012.

FREEMAN, C. **Prefácio da parte II**. In: DOSI et al (Org.). *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988.

FERNANDES, W. R.; SIQUEIRA, V. H. F. Educação em saúde da pessoa idosa em discursos e práticas: atividades físicas como sinônimo de saúde. **Interface**, v. 14, n. 33, p. 371-385, abr./jun. 2010.

FREITAS SILVA, L. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 15, n. 1, 2008.

GANDOLPHO, M. A.; FERRARI, M. A. C. A enfermagem cuidando do idoso: reflexões bioéticas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, ano 30, n. 3, jul./set. 2006.

GEERTS, C. **A interpretação das culturas**. 13. reimpr. – Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GOLDMAN, S.N. “As dimensões sociopolíticas do envelhecimento”. In: PY, L. et al. **Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2004. cap. 3, p. 61-81.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUSMÃO, N. M. Infância e velhice: desafios da multiculturalidade. In: _____. **Infância e velhice: pesquisa de ideias**. Campinas-SP: Editora Alínea, p.15-32, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 6 maio 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 8 maio 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Condições de funcionamento e infraestrutura das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. In: _____. Comunicado do Ipea nº93. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Promoção de saúde: a negação da negação**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAGNANI, J. G. C. Antropologia e educação física. In: CARVALHO, Y. M.; RUBIO, K. (Org.). **Educação física e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 2011.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Uerj, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

MUGNAINI, R.; STREHL, L. Recuperação e impacto da produção científica na era google: uma análise comparativa entre o google acadêmico e a web of science. **Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 13, p. 92-105, 2008. Número especial. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13nesp1p92>. Acesso em: 31 maio 2013.

NASCIMENTO, S. M. S. do; IBIAPINA, I. M. L. de M. **Narrativa profissional: um estudo em construção**. Teresina, 2013. Disponível em < http://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt2/GT2_2006_15.PDF >. Acesso em: 20 dez. 2013.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 17-36, 1996.

OLIVEIRA, I. R.; ALVES, V. P. A pessoa idosa no contexto da bioética: sua autonomia e capacidade de decidir sobre si mesma. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 91-98, nov. 2010.

PRADO, A. K. G.; SCHWARTZ, G. M.; TANAKA, K.; DOLL, M. S.; GONÇALVES, R.; GOBBI, S. Efeito agudo e crônico de um programa de atividades físicas realizado no “playground da longevidade” nos estados de ânimo de idosos. **R. da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 517-526, 3. trim. 2010.

PREFEITURA DE VITÓRIA. **Academia popular da pessoa idosa**. 2010a. Disponível em: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/vitoriainovando/artigos/2010/academiapopulardapessoaidos_aappi.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

PREFEITURA DE VITÓRIA. **Lei nº 7.958 – Programa Vitória mais Saudável**. 2010b. Disponível em: <<http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2010/L7958.PDF>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

PREFEITURA DE VITÓRIA. **Terceira idade da capital vai ganhar sua primeira academia popular nesta sexta**. 2010d. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/semus.php?pagina=noticias&idNoticia=3620>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

PREFEITURA DE VITÓRIA. Documento disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/sedec.php?pagina=praiadecamburi>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

PREFEITURA DE VITÓRIA. 2013B. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/semsu.php?pagina=oquee>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

RECHIA, S.; FRANÇA, R. O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer: apropriação, desapropriação ou reapropriação? In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLLI, F. R.; SOUZA, D. L. (Org.). **Esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí: Fontoura, 2006.

RECHIA, S.; SANTOS, K. R. V.; TSCHOKE, A. As forças sociais de estrutura, estética e movimento: a dinâmica da apropriação do Parque Cachoeira. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 85-106, abr./jun. de 2012.

SANTOS, L. C.; BARBOSA, R. M. S. P. Imagem corporal de acadêmicos da terceira idade a partir de roupas esportivas. **RBCEH**, Passo Fundo, v. 8, n. 3, p. 375-383, set./dez. 2011.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, A. M. **Atratividade e dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVEIRA, R.; STIGGER, M. P. Espaço de jogo - espaço de envelhecimento: sociabilidade lúdica na sociedade esportiva recanto da alegria. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 177-192, set. 2007.

STIGGER, M. P. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas, SP: Autores Associados, Chancela editorial Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), 2002.

THOMPSON, A. Reconstituo a mem6ria: quest6es sobre a rela76o entre a hist6ria oral e as mem6rias. In: PERELMUTTER, D.; ANTONACCI, M. A. (Org.). 6tica e hist6ria oral. S6o Paulo, n. 15, p. 51 – 84, 1997.

TUAN, Yi-Fu. **Espa7o e lugar**: a perspectiva da experi6ncia. S6o Paulo: Difel, 1983.

VIEIRA DOS SANTOS, K. R.; RECHIA, S.; TSCHOKE, A.; VIEIRA, F. G. L. As experi6ncias no 6mbito do lazer e o princ6pio da in6rcia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropria76o dos espa7os p6blicos. **Movimento**, Porto Alegre, v.17, n.1, p.117-135, 2011.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WONG, L. L. R.; CARVALHO, J. A. O r6pido processo de envelhecimento populacional do Brasil: s6rios desafios para as pol6ticas p6blicas. **R. Bras. Est. Pop.**, S6o Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Formação (escolaridade):

Gênero:

Idade:

Questões

1. Você sente a falta de profissionais para a orientação dos exercícios?
2. Qual o seu objetivo ao realizar atividades na Appi?
3. Em relação à satisfação com referência ao programa Appi em Vitória/Es, como você se sente?
4. Se você pudesse, teria/daria alguma sugestão para melhorar o serviço ofertado pela Prefeitura de Vitória?
5. Você tem conhecimento sobre a proposta da Appi?
6. Você frequenta os mesmos espaços que seus amigos/conhecidos costumam frequentar?
7. O movimento de pessoas é relevante para sua frequência?
8. A reputação do espaço é importante para sua frequência?
9. Indique razões de repulsividade para com o espaço da Appi.
10. Quanto tempo você costuma permanecer no módulo? Por qual motivo?
11. Indique razões de atratividade para com o espaço da Appi.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que concordei em participar da pesquisa de campo do mestrando **Vinnicius Camargo de Souza Laurindo**, tendo como temática os usos e apropriações dos frequentadores da Appi. O contato com o pesquisador poderá ser feito pelo telefone (27)981620578 e também pelo endereço eletrônico vinnivix@yahoo.ca. Fui informado(a) de que a pesquisa é orientada pelo professor **Ivan Marcelo Gomes**, a quem poderei consultar a qualquer momento que julgar necessário pelo correio eletrônico ivanmgomes@hotmail.com, podendo também conectar o **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)** pelo telefone 4009-7840 e pelo email cep.goiaberas@gmail.com para maiores esclarecimentos.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) também de que o critério utilizado para minha participação na pesquisa foi ser usuário do módulo da praia da Academia Popular da Pessoa Idosa.

Minha colaboração se fará de por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada ou não a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e seu orientador. Sei que os pesquisadores manterão em caráter confidencial todas as respostas que comprometam a minha privacidade e identidade. Foi-me esclarecido que posso me recusar a participar ou a responder algumas das questões desta pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Autorizo que as informações obtidas ao longo da referida pesquisa venham a ser publicadas em artigos acadêmico-científicos, bem como apresentadas em eventos da mesma natureza, desde que observados os critérios que não comprometam de forma alguma minha privacidade e identidade.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Vitória, ____ de _____ de 2014.

Pesquisador: _____

Sujeito da Pesquisa: _____

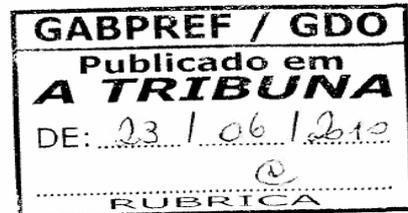
Testemunha: _____

ANEXOS

ANEXO A – LEI Nº 7.958



Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

**LEI Nº 7.958**

Cria o Programa "Vitória mais Saudável" no Município de Vitória.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Programa "Vitória mais Saudável" no Município de Vitória, com o objetivo de estimular a população, em especial as pessoas com deficiência e idosos, a adotar modos de vida diferentes, com ênfase na atividade física, na reeducação alimentar e no controle do tabagismo.

Parágrafo único. O Programa criado no caput deste artigo será realizado através da implantação de núcleos para a prática de atividades físicas adaptadas para pessoas com necessidades especiais, em especial para o público cadeirante e para a terceira idade.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio ou parceria com órgãos do governo federal, estadual e municipal, autarquias e setor privado, visando o cumprimento dos objetivos desta Lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

Lei nº 7.958-10-fls. 2 -

Prefeitura Municipal de Vitória

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua publicação.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 21 de junho de 2010.

João Carlos Coser
Prefeito Municipal



Ref.Proc.3238365/10
/ccmt

ANEXO B – ACADEMIA POPULAR DA PESSOA IDOSA (Artigo disponível no sistema da Prefeitura Municipal de Vitória-ES)

5.1 Nome da iniciativa ou Projeto

Academia Popular da Pessoa idosa

5.2 Caracterização da Situação Anterior

O envelhecimento é uma realidade da maioria das sociedades. No Brasil, estima-se que exista, atualmente, cerca de 17,6 milhões de idosos, resultado este ocasionado pela mudança de alguns indicadores de saúde, especialmente a queda da fecundidade e da mortalidade e o aumento da esperança de vida.

O Município de Vitória para atender a sua população de aproximadamente 28.000 idosos conta com uma rede de serviços municipais de saúde composta por 28 Unidades Básicas de Saúde, 2 Pronto Atendimento, 05 Centros de Referências e demais serviços de apoio logísticos. Atualmente cerca de 26 0000 idosos são cadastrados nas Unidades de Saúde da Família, responsável por 70% dos procedimentos realizados em idosos no município (SEMUS:2008).

O envelhecimento pode ser compreendido como um processo natural, de diminuição progressiva da reserva funcional dos indivíduos – senescência - o que, em condições normais, não costuma provocar qualquer problema. No entanto, em condições de sobrecarga como, por exemplo, doenças, acidentes e estresse emocional, podem ocasionar uma condição patológica que requeira assistência. No entanto certas alterações decorrentes do processo de senescência podem ter seus efeitos minimizados pela assimilação de um estilo de vida mais ativo.

Em relação às condições de saúde, o envelhecimento populacional levanta questões que precisam ser analisadas, tais como garantir a saúde e o atendimento da população idosa nos programas de saúde, uma vez que ao envelhecer o ser humano tem uma aceleração das perdas funcionais – num espaço de 10 anos, por exemplo, acontecem maiores perdas funcionais entre 60 e 70 anos do que entre 50 e 60 anos. (HOFFMANN, 2006, p. 4.).

De acordo com dados do Ministério da Saúde (2006), o aumento da população idosa acarreta também um aumento do uso e das demandas de serviços sociais e médicos, pois um número cada vez maior de pessoas tem apresentado doenças e/ou condições crônicas.

As modificações na estrutura etária da população brasileira provocaram uma série de alterações na sociedade. Dentre elas, convém destacar a transição epidemiológica vivenciada, que ocasionou uma alteração no perfil das causas de morte, com o predomínio das doenças cardiovasculares, neoplasias e doenças respiratórias (CARAMANO;KANSOS, 2004, p. 37).

Neste contexto o maior desafio que tem se colocado ao serviço de saúde é contribuir para que mais pessoas alcancem idades avançadas com o melhor estado de saúde possível, apesar das progressivas limitações que o idoso possa ter na sua capacidade funcional.

A participação em atividades físicas regulares e moderadas além de diminuir o aparecimento de doenças crônicas em idosos saudáveis ou doentes crônicos, pode retardar declínios funcionais.

Entre os idosos é bastante prevalente a inatividade física. Em estudo recente, realizado em Vitória, 57,2% da população idosa entrevistada afirmou não realizar atividade física de forma regular (MADUREIRA, 2008).

Assim, a adoção de "estilos de vida saudáveis", como a prática de atividade física, deve ser visualizada pelo sistema de saúde como uma ação estratégica, pois saúde não é apenas uma questão de assistência médica e acesso a medicamentos, envolve também implantar práticas alternativas de promover cuidados a saúde.

Neste sentido, visando estimular a prática de vida ativa, a administração municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória, empenhada na melhoria da qualidade de vida da população, vem oportunizando a população com estímulo a práticas corporais nas Unidades de Saúde, Centros de referência e Módulos do Serviço de Orientação ao Exercício, aonde, profissionais de Educação Física orientam e acompanham as práticas de atividade física diariamente.

Para que estas práticas sejam disseminadas ainda mais às pessoas idosas, há uma nova perspectiva: Academia Popular da Pessoa Idosa. Trata-se de uma experiência inovadora, de origem Chinesa, adaptada a população brasileira inicialmente no município de Maringá-PR.

A Academia Popular da Pessoa Idosa é composta por agrupamento de dez equipamentos para a prática de exercícios físicos, que servem para alongar, fortalecer, desenvolver a musculatura em geral e trabalhar a capacidade aeróbica.

Desse modo, a implantação de um serviço desta natureza pode contribuir na qualificação dos serviços municipais, e conseqüentemente, na concretização das possibilidades de um envelhecimento ativo, em consonância com as Políticas Públicas voltadas para a Saúde da Pessoa Idosa.

É importante ainda, para a cidade, compreender o processo de envelhecimento populacional como um ganho incontestável da sociedade brasileira.

5.3 Descrição da Iniciativa ou Projeto

5.3.1 Objetivos que se Propôs e Resultados Visados

- Proporcionar à população idosa a prática de atividade física orientada, em ambiente seguro, de forma sistematizada estimulando a promoção da saúde e o convívio social.
- Estimular a incorporação da prática de atividade física no cotidiano da população idosa ampliando sua capacidade funcional;
- Influenciar na redução do uso de medicamentos utilizados para os cuidados com a saúde;
- Ampliar a oferta de instrumentos utilizados pelos profissionais de saúde para atendimento à pessoa idosa.

5.3.2 Público Alvo da Iniciativa ou Projeto

Pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, residentes no Município de Vitória.

5.3.3 Concepção e Trabalho em Equipe

A partir do recebimento de material de divulgação dos equipamentos da Academia da Terceira Idade, o Secretário Municipal de Saúde solicitou estudo de viabilidade técnica para implantação deste projeto na cidade de Vitória.

5.3.4 Ações e Etapas da Implementação

1ª Etapa - Para definição da localização da implantação da Academia Popular da Pessoa Idosa, foi realizada uma análise técnica, com estabelecimento dos seguintes critérios:

- 1 - Inexistência na comunidade de opções para prática de atividade física
- 2 – Existência de Educador Físico na UBS
- 3 – Proximidade de uma UBS e/ou módulo do SOE
- 4 – Perfil epidemiológico da região

2ª Etapa - Tramite referente à aquisição dos equipamentos, com possibilidade de financiamento pelo poder público e iniciativa privada. Especificação e laudos técnicos dos equipamentos (ANEXO 1).

3ª Etapa Tramite referente à preparação do solo para instalação dos equipamentos nos locais, conforme critérios acima

- Estabelecimento de parceria com Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Projetos Especiais

4ª Etapa - Após a realização das etapas anteriores, iniciará o processo de sensibilização com apresentação do projeto APPI (Academia Popular da Pessoa Idosa) e a capacitação em relação aos benefícios da atividade física para os profissionais de saúde, membros do conselho municipal de saúde, do conselho local de saúde e das associações de bairro onde será instalado o equipamento, com posterior divulgação na comunidade.

5ª Etapa – Funcionamento: com a implantação da APPI, os profissionais técnicos desportivos das UBS e dos módulos do SOE irão estabelecer os dias e horários em que estarão disponíveis para atendimento a população, de acordo com a realidade de cada comunidade.

5.3.5 Recursos Utilizados

- Os recursos humanos serão disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde através do Serviço de Orientação ao Exercício e das UBS.
- A instalação das APPI será de responsabilidade da PMV.
- Os equipamentos das APPI serão adquiridos através de parcerias com a iniciativa privada, de acordo com as tabelas e descrições constantes nos anexos deste projeto

5.3.6 Por que considera que houve utilização eficiente dos recursos na iniciativa ou projeto?

Este projeto foi implementado através de convênio com a iniciativa privada aonde o município disponibiliza espaço físico e mão de obra na utilização dos materiais, esta última já existente no quadro de funcionários não acarretando ônus para a administração.

5.4 Caracterização da situação atual

5.4.1 Mecanismos ou métodos de monitoramento e avaliação de resultados e indicadores utilizados

O monitoramento é feito através do quantitativo de usuários destes equipamentos. A avaliação dos resultados será feita através de entrevistas com os frequentadores das APPI's aonde estes serão questionados sobre os benefícios adquiridos com a prática regular.

5.4.2 Resultados quantitativos e qualitativos concretamente mensurados.

A quantidade chega a 5.600 frequentadores mensalmente, e destes temos relatos de melhoria na qualidade de vida, nas atividades cotidianas e ainda no convívio social.

5.5 Lições Aprendidas

5.5.1 Soluções Adotadas para a superação dos principais obstáculos encontrados

Com a implantação das APPI's tivemos alguns problemas com as crianças fazendo uso dos aparelhos, mas foi possível dialogar e mostrar que os aparelhos eram de uso preferencial, de idosos. Além disso, estamos providenciando placas indicativas.

5.5.2 Fatores críticos de sucesso

A aceitação por parte da população e o incentivo da administração são fatores que fizeram essa iniciativa um sucesso.

5.5.3 Por que a iniciativa ou projeto pode ser considerado uma inovação?

A implantação da Academia Popular para Pessoa Idosa no Município de Vitória constitui-se numa iniciativa inovadora no Estado do Espírito Santo, com vistas a melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa, cumprindo um compromisso do poder público de assegurar saúde à população.

ANEXO C – LEIS QUE GARANTEM O DIREITOS AOS IDOSOS EM VITÓRIA-ES (CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2014)

Conheça leis que garantem direito de idosos (04/10/2013)



De acordo com o IBGE, a população com mais de 60 anos no Brasil é de 23,5 milhões em 2013, e este número deve quadruplicar em 2050. Além disso, a longevidade média da população brasileira cresceu de 62 anos, em 1980, para 74 anos, em 2013.

Vitória não fica atrás. Hoje a pequena Capital possui mais de 12 mil idosos, segundo dados Vitória em Dados (PMV/2010). O crescimento desta fatia da população exige dos administradores públicos novas políticas sociais. As mais marcantes estão definidas no Estatuto do Idoso, de 2003, revisto este ano, que trouxe avanços, embora muita coisa ainda esteja apenas no papel. Mesmo assim, algumas vantagens já estão consagradas.

Por desinformação, muitos idosos não usufruem dos direitos que lhes são concedidos pelo governos federal, estadual e municipal. Para ajudar o leitor a se atualizar, o Site da CMV listou os principais benefícios em vigor no Brasil, alguns dos quais criados e postos em prática em Vitória. Confira:

São vantagens asseguradas aos idosos:

1. Preferência em ações judiciais

De acordo com a Lei 10.173/2001, pessoas com 65 anos ou mais têm preferência na tramitação de processos judiciais, em qualquer instância

2. Viagens

Idosos podem viajar de graça em ônibus interestaduais ou obter 50% de desconto, caso os dois primeiros assentos já tenham sido preenchidos. Para isso, basta ter renda de até dois salários mínimos.

3. Passe livre

Idosos são isentos de pagamento de passagens em ônibus municipais. Em Vitória, o idoso tem direito ao cartão único de passagem – "Siga-Vitória" para todos os ônibus municipais, graças a uma lei do vereador Namy Chequer (PCdoB). Além disso, têm o direito de passar a catraca e/ou roleta dos ônibus e a ter acesso a todos os assentos disponíveis, graças à lei adicional do ex-vereador Fábio Lube

4. Vaga especial para idoso

Em Vitória, há reserva de 5do total de vagas dos estacionamentos públicos e privados no para veículos utilizados por idosos, que deverão obter credencial identificativa a ser colocada sobre o painel, graças a uma lei municipal do vereador Fabrício Gandini (PPS)

5. Meia entrada

Meia-entrada nos ingressos de cinemas, teatros, shows e outras atividades culturais, de esportes ou de lazer. Além disso, uma lei do vereador Zezito Maio (PMDB) garante o direito de fila especial na hora de comprar ingressos

6. Sem Filas

Idosos, acima de 65 anos de idade, não precisarão entrar em filas nas repartições públicas de Vitória. Além disso, acima de 60 anos é garantido o atendimento prioritário em bancos, lotéricas e outros

7. Gratuidade em Shoppings e similares

Shoppings Centers e empresas terceirizadas de estacionamento rotativo em Vitória são proibidas de cobrar estacionamento de pessoas com a idade igual ou superior a 60 anos. Graças a uma lei do ex-vereador Ademar Rocha

8. Academia do Idosos

Uma lei da vereadora Neuzinha de Oliveira criou o "Vitória Mais Saudável", implantadas em Vitória, as Academias dos Idosos, são uma novidade no país

9. Centros de Convivência

Existem quatro em Vitória: Centro, Jardim Camburi, Jardim da Penha e Maria Ortiz, que acolhem 30 grupos de idosos de todos os territórios da capital com atividades variadas envolvendo lazer, saúde, atividade física e cursos

10. Serviço de Orientação ao Exercícios

Orientação de atividade física feita por profissional no Tancredão e Praia de Camburi, incluindo hidroginástica

11. Conselho do Idosos

Criado em 2007, Vitória já possui o Conselho do Idosos (Comid), que trata das políticas públicas da terceira idade e atende denúncias de maus tratos e dentre outras atividades. **Tel. (27) 3382-6179**

Ajude a divulgar!

(Fotos: Carlos Antoline (capa) e Marcos Salles)

Departamento de Comunicação:

Diretora: Tanit Figueiredo Souza Mario
Editoras: Mágda Carvalho, Maxieni Muniz, Fátima Pittella

(27) 3334-4650

cmv.dec@gmail.com

www.cmv.es.gov.br/

www.facebook.com/camaradevitoria

<https://twitter.com/cmVES>